

FORUM

N.º 4 OUTUBRO 1988 UNIVERSIDADE DO MINHO



FORUM

Conselho de Direcção	Prof. Lúcio Craveiro da Silva (<i>Presidente do Conselho Cultural da U.M.</i>) M. Assunção J. Vasconcelos (<i>Arquivo Distrital</i>), Henrique Barreto Nunes (<i>Biblioteca Pública</i>), Nuno Barreto (<i>Museu Nogueira da Silva</i>), Manuela Martins e Francisco Sande Lemos (<i>Arqueologia</i>), Licínio C. Lima (<i>Unidade de Educação de Adultos</i>)
-----------------------------	---

Editor	Conselho Cultural da Universidade do Minho
Periodicidade	Dois Números por Ano
Pedidos	Gabinete de Imprensa da U.M. Largo do Paço 4719 Braga Codex Portugal
Preço	350\$ Número Avulso

Coordenação Editorial e Concepção Gráfica	Nuno Barreto
Execução	Reprografia da Universidade do Minho

Capa	Júlio Pomar , «Cavaleiro de Pirenópolis», Serigrafia que integrou a exposição na Galeria da Universidade, Cortezia da Galeria 111, Lisboa
Tiragem	1.000 Exp.
Depósito Legal	Nº 15998/87

N.º 4

OUTUBRO DE 1988

-
- | | | |
|----|--------------------------------------|---|
| 3 | <i>José Marques</i> | O Arcebispo D. Jorge da Costa e os Primórdios da Imprensa Portuguesa |
| 33 | <i>César Valença</i> | Um Olhar Sobre a Faiança da Colecção Nogueira da Silva |
| 43 | <i>Francisco Sande Lemos</i> | A Excursão ao Norte de Portugal do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (1880): Braga e Citânia de Briteiros |
| 57 | <i>Licínio C. Lima</i> | Inovação e Mudança em Educação de Adultos |
| 75 | <i>Luís F. de O. Fontes</i> | Dume: Devolução do Túmulo do Bispo de S. Martinho, a Ampliação da Igreja Paroquial e o Salvamento Arqueológico |
| 91 | <i>Maria da Assunção Vasconcelos</i> | O Mapa das Ruas de Braga de 1750 |
-
- | | |
|-----|----------------------|
| 102 | Documentação e Vária |
| 105 | Notícias |
| 114 | Agenda |
-

Este liuzo he chama
do sacramental o qual co
pilou e sacou das sagr
adas scripturas crimete
sãchez de vçial bachar
el e leys arçediago de
valdeyras e aygreia de
lyon para que todo fiel
xpãão seia ensinado em
afee e e oq ppre a sua
saluaçom :

O nosso saluador ihu xpo q
o vco Remyn almbagê hu
manal deu ordem e Reg
ra como viuessemos e nos subese
mos saluar Estabeleceo dous esta
dos entre os q em sua fee se arian
de saluar. f. huũ de clerygos e out
ro de leigos. Os clerygos q orafen
e ensinafen a sua fee e a sua heri
dade e parte fosse nelle. Ta clerygo
se diz de clerico .xxi. d. Clerico em
grego q q: dize em nosa luy. agem
forte. por q he escolhydo em parte
de os ou q de he sua forte e sua p
arte. Segundo disse o ppl. e ta. ps. xv
Cõfema me dñe. dño pais heredy
tatis mee. e Em outro logar. ps.
lxxij. quam bonus es israel. pais
mea de incrementũ. Estando dñe ley
gos q viuessem e trabalhassen e
mãteuessen ho mũdo segundo he e

petito. g. iij. c. In labore multo tui
veeris pane tuo e p oppheta. ps
cxvij. Beati ocs Laboros manuũ
tuarũ mãducabis e outro si ea q
ouuissim e fossim em tomados e
a se e creça da qlles q son de estado
clerycal. p llo qual os clerygos esp
cialmente os sacerdotes e p llaço q
tem cura das almas aos quaco he
dado de saber os misterios de os.
segũdo diz sam lucas em osu euãg
elho son despesciros dñe sacramentos
da madre santa egreja deuen saber
e enteder as santas escripturas e o
cuem respãdecer em vertudes por
q p a sua claridade os q viuem em es
tado de leigos sejam aloncados q
em outra maneyra seria cegos. Se
gũdo se cõtem no euãglo maty xv
c. xi. q. iij. inter verba ibi. Ceci sunt
e duces cecorũ. Ep oppheta. O bĩ
curẽtur oculi eoru. ps lxxij. saluũ
me fac. f. cõdo. xxvij. d. c. idco als
et dita. Em outro logar. ps. lxxi
do scete nescierũ neqz intelexerũe
intenebris anbulãt. E por quanto
por nossos peccados no tpo dadora
muytos sacerdotes q ham curas de
almas nõ soemete son ynorãtes e a
piscem e ensinãt a se e creça e as
outras coussas q ptecem a nossa sal
uacãm mas ayda nõ saben oq e
booo xpãão deue saber nem son. nise
rnydos nõ ensinãdo em a se xpãã
segũdo deuanãt. e oq he mayõ prig
osso e danosso algũto nõ sabẽ ne
entede as escripturas q cada dya hã
de leer e traotar e porẽde. Eu di
uice sãchez de vçial bachar el e

O ARCEBISPO D. JORGE DA COSTA E OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA EM PORTUGAL

* Por JOSÉ MARQUES
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Introdução

Estamos a comemorar o **V.º centenário** do primeiro livro impresso em Portugal até agora conhecido, ou seja do **Sacramental**, organizado, entre 1421 e 1423, pelo arcediogo de Valdeiras, na diocese de Leão, Clemente Sánchez de Vercial, não se tendo ainda esbatido os ecos de idêntica efeméride, relativa ao **Pentateuco** hebraico, saído dos prelos de Samuel Gacon, em Faro, no ano de 1487.

Braga, dada a sua estreita ligação ao processo de introdução da imprensa em Portugal, não podia ficar indiferente a este centenário. Com efeito, além de os livros litúrgicos fundamentais do rito bracaraense — uma das suas maiores glórias históricas, que urge preservar da morte — se contarem entre os raros incunábulos portugueses, tendo, inclusive, o **Breviarium**, de 1494, sido considerado durante muito tempo como o primeiro livro impresso em Portugal, sabe-se que no enquadramento deste importante complexo arquitectónico do antigo Paço Arquiepiscopal, depois remodelado,

* O conteúdo desta conferência, inicialmente solicitado para ser apresentado na Biblioteca Pública de Braga (Universidade do Minho), com a anuência do seu Director, Dr. Henrique Barreto Nunes, — atenção que agradeço — viria a ser parcialmente apresentado, em Chaves, em 18-4-1988, e na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 23-5-1988.

foram tomadas as decisões conducentes à concretização desse projecto editorial de incalculável alcance cultural e pastoral, primordialmente integrado pelos mencionados livros litúrgicos. Para mais, a estas três obras litúrgicas — **Breviarium, Manuale e Missale** — além do **Tratado de confissom**, impresso em Chaves, em 8-8-1489, deveremos associar-lhes o **Sacramental** de Valdeiras, cuja impressão terminou naquela vila transmontana, no dia 18 de Abril de 1488, conforme tudo leva a crer, também por ordem do mesmo prelado, D. Jorge da Costa, que o destinava à clerezia bracarense.

Julgo ser esta última uma boa notícia a divulgar nesta comemoração centenária, reservando para a parte final desta exposição a análise dos documentos em que se apoiam estas afirmações, eventualmente incómodas.

Apesar disso, apresento-as como modesto contributo em ordem ao progressivo esclarecimento da história da introdução da imprensa em Portugal, adiantando, desde já, que, se face aos dados disponíveis e até prova incontestável em contrário, estou convencido da sua veracidade, por razões de natureza metodológica, deverei apresentar esta minha posição rotulando-a simplesmente com a classificação de «**sólida hipótese**».

4 Nestas circunstâncias, se Chaves, muito justamente, reclama os louros da **prioridade** na impressão das duas primeiras obras em português — aí executadas apenas por razões conjunturais — podemos afirmar que Braga, tanto quanto até agora sabemos, está na base de todo esse processo, cabendo ao arcebispo D. Jorge da Costa a responsabilidade institucional e o mérito de ter promovido as impressões do **Sacramental** e do **Tratado de confissom** por motivos meramente pastorais. Em rigor, deveremos afirmar que Braga e Chaves — ao tempo pertencente à Arquidiocese Primaz — estão intimamente unidas ou, se preferirmos, implicadas no processo de introdução da imprensa em Portugal. Daí que seja bem apropriada esta comemoração do **V.º centenário** da publicação do primeiro desses livros, neste complexo arquitectónico do antigo Paço Arquiepiscopal, onde se realizou o sínodo de 6 de Dezembro de 1488, que decidiu mandar imprimir os referidos livros litúrgicos, aqui se tendo deliberado também, tempos antes, a impressão da obra que agora nos ocupa e a do **Tratado de confissom**.

Face ao que se tem escrito sobre a impressão destes dois primeiros livros em português — o **Sacramental** e o **Tratado de confissom** — não será de estranhar que alguém possa considerar

ousado o título escolhido para esta conferência. Nesse caso, peço apenas a fineza da suspensão de tal juízo até ao fim desta exposição, que terá duas partes bem distintas. Na primeira, dar-se-á uma breve imagem do que se passava na Arquidiocese de Braga, quanto aos livros manuscritos eruditos e do estado em que se encontravam os livros litúrgicos de uso corrente, por vezes reduzidos a simples «cadernos». Na segunda, feita uma breve síntese de revisão sobre alguns temas de candente actualidade em torno dos primórdios da imprensa em Portugal, procurar-se-á demonstrar que o arcebispo D. Jorge da Costa, em termos institucionais, foi o principal responsável da impressão do **Sacramental** e do **Tratado de confissom**, averbando, por isso, também o mérito de ser pioneiro entre nós na utilização da imprensa ao serviço da pastoral.

Com isto não pretendo antecipar conclusões nem silenciar a importância verdadeiramente revolucionária da imprensa na cultura, na comunicação entre os homens da mesma ou de línguas diferentes, na vida religiosa e pastoral, no ensino, na ciência e na técnica, na difusão das ideias da mais diversa índole nesse período tão fecundo que foi o do Humanismo e Renascimento, nas navegações, na política, etc.

Mas deixemos de lado, neste momento, tantos desses aspectos para nos fixarmos apenas nos religiosos e pastorais.

I PARTE

Panorama dos livros manuscritos, segundo a documentação bracarense.

Muitas vezes se tem dito que um livro, tal como um amigo, é um tesouro. Se isto é válido para qualquer época histórica, muito mais o é em relação ao livro medieval, quer pelo seu valor material, em que tem de se entrar em linha de conta com o suporte pergamináceo, iluminuras, miniaturas, qualidade gráfica, encadernação, etc., quer pelo tempo necessário para copiar um único exemplar, pela importância do seu conteúdo, pela escassez, raridade e elevado preço da sua cotação, para não falar já da necessidade que dos mesmos se fazia sentir.

Numa tentativa de esclarecer um pouco alguns destes pontos, além de recordar algumas obras-primas da iluminura e da miniatura medievais ainda conservadas nos nossos arquivos e bibliotecas,

como o **Livro das Horas de D. Duarte**, a **Bíblia dos Jerónimos**, o **Apocalipse de Lorvão** e tantos outros *espécimes*, de que nesta Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga se conservam também alguns exemplares¹, impõe-se declarar que, no período medieval, normalmente, quem desejava ter um livro ou o copiava pessoalmente ou conseguia um bom copista que se incumbisse dessa tarefa a troco de adequada remuneração.

O processo de difusão do livro era lento e comportava certos riscos, inclusive técnicos, que não cabe aqui referir. Com a criação e difusão das universidades desenvolveu-se também a técnica da produção do livro, surgindo os **stationarii** ou «livreiros» a quem eram confiados os «**exemplares**» e as respectivas «**peciae**», onde os copistas iam levantar. Entre nós, porém, não há notícia de exemplos da vigência deste sistema de produção livreira e as três obras existentes em Portugal multiplicadas por este processo são de origem estrangeira².

O valor das obras aumentava como resultado da conjugação da importância do seu conteúdo com a escassez ou raridade e a necessidade que das mesmas havia. Daí que nos testamentos de clérigos — não esqueçamos que clérigo era sinónimo de escolar: — «**clericus sive scholaris**» — e de outras pessoas cultas abundem as cláusulas relativas ao destino a dar aos seus livros após a sua morte e, por vezes, ainda em vida.

6 Do que neste domínio se passava em Braga possuímos elucidativos exemplos na documentação conservada no Arquivo Distrital de Braga, da qual me vou socorrer. Sem pretensões de exaustividade, transcreverei diversas passagens do **Livro 1.º dos testamentos do Cabido**, vindo a propósito observar que a mesma fonte já foi utilizada por Isaiás da Rosa Pereira no tocante às obras de Direito³. A referência a outros livros, porventura úteis a outros investigadores, ampliam a importância desta fonte. Por isso, aqui registarei um significativo número de tais disposições testamentárias, esclarecendo, desde já, que não é minha intenção neste momento, comentar estes preciosos extractos documentais, mas tão somente

1 — Entre outros, veja-se, por exemplo, o Ms. 3, de origem francesa.

2 — PEREIRA, Isaiás da Rosa — A «**pecia**» em manuscritos universitários. **Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV**, in «Anais da Academia Portuguesa da História», Lisboa, II série, 22, 1973, pp. 245-278.

3 — PEREIRA, Isaiás da Rosa — **Livros de Direito na Idade Média**, in «Lusitania Sacra», Lisboa, t. VII, 1964-1966, pp. 7-60; t. VIII, 1967-1969, pp. 81-96.

divulgá-los, na medida em que ajudam a compreender não só o estado de carência existente na arquidiocese nesta matéria, desde o século XIII até ao fim do século XV, mas também porque ajudam a compreender o interesse, o entusiasmo e o sentido de oportunidade pastoral com que o arcebispo e os seus colaboradores abraçaram esta nova técnica que permitia multiplicar os livros a um ritmo ainda pouco antes insuspeitado.

Assim, em 1 de Outubro de 1245, Martinho Gonçalves, no testamento a favor do Cabido determinou: — «*Item mando Johanni nepoti meo predicto **decretales** meas et X morabitanos...*»⁴.

Quase dez anos depois, em 28 de Maio de 1255, D. Pedro Eychegez dispunha textualmente o seguinte:

— «*Item mando ecclesie Sancte Marie de Sobreposta hereditatem meam de Britelo quam comparavi de Johanne Pelagii de Aquilata et mando eidem ecclesie tres morabitanos ad emendum Psalterium ad opus ipsius ecclesie...*». E mais à frente continuou: «*Item mando eidem Johanni Petri libros meos scilicet **Decreto, Decretales novas et veteres et Instituta et alios libellos meos***»⁵.

Por sua vez, decorrida uma década, em 26 de Outubro de 1265, o cônego de Braga, D. Estêvão, de par com outras disposições relativas a aspectos assistenciais, ordenou o seguinte.

— *Item mando fratri Johanni de Faria Ordinis Predicatorum librum meum **Dialogorum***» (de S. Gregório Magno).

Item mando psalterium meum parvum domno V(alasco) archidiacono.

*Item mando **Decreta** que fuerunt Petri Juliani cum allis **Summis et libris** quos habeo Durando Pelagii tabelioni Bracarensi.*

*Item mando domno Durando canonico librum meum qui incipit: **In hoc libro...***».

Item mando quod si libri qui de thesauro Bracarensi sint inveniantur in domo mea quod restituantur ipsi thesauro et suplico domnis V(alasco) archidiacono, Johanni Paris canonico et Stephano Gomecii porcionario Bracarensi quatinus intuitu pietatis sint executores huiusmodi mei testamenti»⁶.

Em 23 de Agosto de 1270, o cônego de Braga João Fernandes, no seu testamento feito em Salamanca, deixou as suas **Decretais** ao

4 — Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), Livro 1.º dos testamentos do Cabido, fl. 3.

Nos casos seguintes citarei, de forma abreviada, apenas Livro 1.º.... fl. ...

5 — A.D.B., Livro 1.º.... fl. 20.

6 — A.D.B., Livro 1.º.... fl. 19-19v.

sobrinho Martinho Martins⁷, e em 20 de Maio de 1271, João de Paris, cónego de Braga, estabelecia o seguinte: —«*Item mando fratri Petro consobrino meo quinquaginta morabitanos ad opus librorum*»⁸.

Do século XIV conhecem-se também algumas disposições similares, relativas à temática que nos ocupa. Tais são, por exemplo, os casos de Egas Lourenço, chantre de Braga, que em 24 de Março de 1346, assim exprimia a sua última vontade: —«*Item mando supradicto Gundisalvo consobrino meo **Decretales meas et omnes alios libros meos si clericus fuerit***»⁹, e o de Pedro Eanes, arcediogo de Barroso, que em 18 de Janeiro de 1369, ordenava: —«*Item mando **psalterium meum Petro Dominici clerico meo.***

— *Item mando capelle Sancti Bertolomei civitatis Bracarensis **librum meum dominicale qui incipit in prima oratione «Deus in te sperantium»***¹⁰.

Creio que estes exemplos são bem elucidativos do que atrás afirmei, relativamente à transmissão de livros.

Mas do que era a situação quanto a livros litúrgicos na Arquidiocese de Braga há diversas informações preciosas, algumas datando do século XIII, que igualmente se transcrevem. Assim, no inventário da igreja de Cabreiros, elaborado em 25 de Outubro de 1265, pode ler-se acerca dos livros existentes para serviço da paróquia: —«... *et duo antiphonalia et unum missale, I psalterium et unum byrviarium (sic) ... et unum cathenatum*»¹¹.

8

No inventário da igreja de S. Paio de Perelhal, actualmente do concelho e arciprestado de Barcelos, apesar do seu mau estado de conservação, ainda se pode ler:

— *Item huum missal domingal com huum caderno de Corpore Christi com... bençoens desposoyros e d'himergere.*

— *Item livros semanall e domingal e santal responsoiros.*

— *Item outro livro leiçoeiro domingal santall.*

— *Item hum capitulanteiro de capitullas e oraçoens de cada...*

— *Item o dicto Joham Stevez fez pergunta se havia na dicta egreja Salteiro de rezar dise que non*»¹².

7 — A.D.B., Livro 1º... fl. 20-21.

8 — A.D.B., Livro 1º... fl. 22.

9 — A.D.B., Livro 1º... fl. 61v.

10 — A.D.B., Livro 1º... fl. 46v.

11 — A.D.B., Gaveta 1ª das igrejas, n.º 143.

12 — A.D.B., Gaveta 2ª das igrejas, n.º 158.

No século XV, vai-se notando um maior número de livros nas várias paróquias, como sugerem os inventários conhecidos, embora não se tenha realizado ainda uma investigação sistemática nesta matéria. Por ordem cronológica, vejamos os seguintes exemplos:

— Em 13 de Julho de 1401, por ocasião da confirmação da paróquia de S. Tomé de Travassós a um clérigo com o qual tinha sido necessário dispensar por não saber falar nem entender latim, foi elaborado o inventário paroquial, donde constam estas referências aos livros aí existentes:

- *Item huum livro santal coberto de tavoas e huum pistoleiro coberto de tavoas e huum evangeliairo coberto de tavoas.*
- *Item huum livro domingal.*
- *Item huum sacramentoiro.*
- *Item huum livro domingal e santal.*
- *Item huum quaderno de boitizar e encomendar.*
- *Item outro quaderno de missas privadas.*
- *Item huum quaderno d'offico do Corpo de Deus e das Neves e Conceiçom.*
- *Item huum salteiro velho frances».*

Ainda em relação aos bens desta igreja, Gonçalo Esteves disse que com receio da guerra «*e das maas jentes que tinha em a dicta sua casa hum livro antinal domingal e santal e hua vistimenta que tem o manto d'ouro perfecta*»¹³.

Outra paróquia que dispunha de um significativos números de livros litúrgicos era a de S. Miguel das Marinhas, como se verifica pelo inventário, datado de 16 de Setembro de 1419:

- *«Item huum livro pequeno feriall ja velho.*
- *Item huum livro grande santall.*
- *Item outro livro grande domingall e santall.*
- *Item outro livro grande santall de rezar.*
- *Item outro livro grande oficiall santall e domingall todo pontado.*
- *Item outro livro mais pequeno a que chamam colitanyo de capitullas e orações.*
- *Item huum livro pequeno de bautizar em que jaz o ofycio do Corpo de Deus e o ofycio de Hunçon e de Casamento e de Mortuorum.*
- *Item disse Stevam Stevez capelam que avia na dicta egreja*

13 — A.D.B., *Colecção cronológica*, cx. 25, s.n.

dous salteiros huum frances e outro galego e que ell tiinha o galego e Roi Martinz abade que foy da dicta egreja tiinha o outro.

— *Item huum caderno de purgaminho em que jaz o officio de Sancta Maria das Neves»*

Os livros litúrgicos eram imprescindíveis para as celebrações paroquiais. Privar um pároco destes instrumentos comprometia gravemente a sua acção pastoral. Pois foi isso o que Martinho, criado de Afonso Martins de Pedralva, fez ao prior de S. Martinho de Dume, João Gonçalves, apoderando-se-lhe de um livro *domingal e liçoeiro*», como penhora por quatrocentos reais que deveria pagar a el-Rei. Em consequência desta atitude, o referido prior queixou-se judicialmente e o livro foi-lhe devolvido, mas, em contrapartida, foram-lhe tomados dois bois¹⁵. Esta brevíssima referência a um longo processo judicial permite ter a noção do valor deste livro equiparado quase ao valor de uma junta de bois!

As situações expostas, relativas ao estado dos livros litúrgicos paroquiais da Arquidiocese de Braga, ter-se-ão agravado ao longo do século XV e quando D. Jorge da Costa foi eleito e assumiu o seu governo pastoral as carências neste domínio deviam ser verdadeiramente alarmantes, até porque se estava a viver ainda no rescaldo de uma prolongada crise económica que flagelou o País e também esta região nortenha, desde o século XIV.

10 Daí que o prelado, conhecedor da importância e eficácia da imprensa, dela se tenha socorrido para obviar às necessidades culturais e pastorais da sua diocese e respectivo clero.

II PARTE

D. Jorge da Costa e a imprensa

Entramos, assim, no ponto central desta comunicação, convido, desde já, anotar que a pesquisa e o debate acerca das obras publicadas em Chaves, em que muitos temos andado envolvidos, radicam essencialmente na falta de documentação explícita sobre os condicionalismos que rodearam as suas impressões. Julgo, por isso, que a melhor forma de comemorarmos o dia exacto do **V.º centenário** da conclusão da impressão do **Sacramental** é passarmos

15 — A.D.B., *Colecção cronológica*, cx. 22, s.n.

em revista as posições até agora tomadas, debatermos as questões em aberto e, eventualmente, apresentarmos propostas susceptíveis de contribuir para o seu desejado esclarecimento definitivo.

É com este espírito que me proponho rever algumas das minhas posições e reafirmar outras, fazendo-o agora de forma mais fundamentada. Começarei por recordar que no breve estudo sobre o **Tratado de confissom** há três grupos de posições a salientar neste momento:

- O que afirmei e continuo a sustentar;
- Aspectos a corrigir;
- Hipóteses que deixo salientar, indicando os fundamentos em que me apoio.

Em relação ao primeiro ponto, bastará anotar que defendi, antes de mais, que não se pode falar propriamente de **autor** do **Tratado de confissom**, mas sim de **adaptador**, dado que esta obra se situa na linha dos **penitenciais** da Alta Idade Média e dos tempos mais próximos da edição¹⁶. Além disso, a partir da cláusula relativa à observância da liturgia bracarense na celebração da missa, traduzida nas penas taxativamente previstas para os clérigos infractores, atribui e continuo a sustentar que a responsabilidade da sua edição deverá ser atribuída ao arcebispo D. Jorge da Costa. A este argumento poderemos hoje acrescentar outros, de que mais abaixo se falará. Nesta linha de pensamento frisei ainda, de forma reiterada, que esta obra se destinava ao clero bracarense em geral, urgindo, por isso, pôr definitivamente de lado a ideia de que ela se destinava aos confessores dos peregrinos de S. Tiago de Compostela¹⁷.

No plano das correcções, face aos elementos contidos no **colofon** do **Sacramental**, revelado pela Sra. Doutora Rosemarie Horch¹⁸ quase simultaneamente ao aparecimento do meu referido opúsculo, parece-me de abandonar a argumentação por mim desenvol-

16 — VOGEL, Cyrille — **Le pécheur et la pénitence au Moyen-Âge**. Paris, Les Éditions du CERF, 1969.

17 — MARQUES, José — **Tratado de confissom. Novos dados para o seu estudo**. Vila Real, BPAD-IPPC, 1986, pp. 18-20 e 24-25.

18 — HORCH, Rosemarie Erika — **O primeiro livro impresso em língua portuguesa**, in «Prelo», Revista da I.N.-C.M., Lisboa, 10, Jan.-Março 1986, pp. 6-18. Idem — **Luzes e fogueiras. Dos Albores da Imprensa ao obscurantismo da Inquisição no «Sacramental» de Clemente Sánchez**, vol. I, São Paulo, 1985, fls. 183 ss. (Tese de doutoramento, policopiada).

vida em torno da prioridade do **Sacramental** sobre o **Tratado de confissom**. Com efeito, atendendo ao peso de referencial cronológico que era a data do sínodo de 6 de Dezembro de 1488, não hesitei em transferir para 1489 o aparecimento do **Sacramental**. No entanto, hoje, apesar da contestação já por outros feita ao colofon do **Sacramental**, a que mais abaixo me referirei, não tenho dificuldade em aceitar a data de 18 de Abril de 1488.

Como resultado da reflexão sobre a hipótese de estas duas obras procederem de uma fonte patrocinadora comum e atendendo à prevalência da importância do **Sacramental** sobre o **Tratado de confissom**, deixei no ar a pergunta se não teria sido impresso também em Chaves o **Sacramental**, devendo-se, no caso afirmativo, atribuir também a responsabilidade da impressão ao mesmo prelado, D. Jorge da Costa.

À luz dos novos dados agora conhecidos, além de não me repugnar aceitar a data que estamos a comemorar, reitero a minha convicção de que D. Jorge da Costa averba também o mérito da impressão do primeiro livro impresso em português, até agora conhecido. Foi essa convicção que, em 5 de Abril de 1987, transmiti à Sra. Doutora Rosemarie E. Hoch, em carta de que me permito transcrever algumas passagens:

12

— «...Quanto ao **Sacramental**, fiquei radiante com a revelação da cópia do colofão que o dá como impresso em Chaves, em Abril de 1488, pois vem confirmar a justeza da minha dedução, feita a partir das premissas lançadas por A. Anselmo e M. Roque e que «se de alternativa editorial se tratasse... as preferências incidiriam forçosamente no segundo», isto é, no **Sacramental**». E mais à frente continuava. —«... o colofão divulgado pela Sra. Prof.^a Rosemarie E. Horch para mim tem o grande mérito de me levar a concluir que ainda antes da realização do sínodo já o prelado procurava colocar nas mãos dos clérigos do seu arcebispado um livro extremamente útil para colmatar deficiências de instrução de que muitos não estavam isentos».

Nessa mesma carta, quase a terminar, chamava-lhe a atenção para o que me parecia ser um erro existente no colofão, erro que está a dificultar a identificação do responsável pela impressão do **Sacramental**. Por isso escrevi: —«E se a palavra **Gundisalvi** da expressão «per iusu Gundisalvi» fosse um desdobramento errado de **Gⁱ = Georgii?** Só o original do colofão nos poderia dar a resposta, mas neste caso seria ouro sobre azul. Tudo isto são meras hipóteses. Mas as hipóteses são o primeiro passo no caminho da ciência, mesmo quando acabam por ser rejeitadas...»

2 — D. Jorge da Costa e a impressão do Sacramental

‘Estamos a comemorar o V.º centenário da introdução da imprensa em Portugal, efeméride que nos convida a revermos, com verdadeiro espírito crítico e sem paixão, posições assumidas e a procurarmos alargar os nossos conhecimentos sem receios de qualquer natureza que eles sejam.

Pela minha parte, além das reflexões atrás expendidas, procurarei demonstrar ou, se preferirmos, fundamentar a hipótese — que para mim, até irrefutável prova em contrário, é já uma sólida convicção, direi mesmo certeza — de que o arcebispo D. Jorge da Costa é, **pelo menos em termos institucionais**, o responsável pela impressão do *Sacramental*, terminada em Chaves, em 18-4-1488.

Entramos, assim, no ponto central desta breve comunicação, que obriga a uma análise prévia do colofão divulgado pela Prof.ª Rosemarie E. Horch. Trata-se de uma cópia do século XIX e isso, à primeira vista, retira-lhe força provatória. Não esqueçamos, porém, que um documento mesmo desprovido dos elementos de autenticação pode veicular uma notícia total ou pelo menos parcialmente verdadeira de um facto histórico. Um erro num documento pode não ser suficiente para neutralizar todo o seu valor.

2.1. — *Análise crítica do colofão*

O Sr. Prof. José Pina Martins pronunciou-se já sobre este colofão com uma crítica que não me parece suficientemente conclusiva. Com efeito, o facto de não sabermos se o colofão transcrito pelo cónego Feire de Carvalho corresponde à edição a que pertence o exemplar truncado que se encontra no Rio de Janeiro, para já, é irrelevante, pois, dado que antes de 1502 é esta a única até agora conhecida, a presunção de que a ela corresponde está toda a seu favor, mesmo que o colofão em causa fosse colhido noutra exemplar da mesma edição.

É certo que nos falta a garantia da absoluta fidelidade da transcrição, que pode ter sido feita apressadamente e em más condições, como observou o Sr. Prof. Pina Martins¹⁹. Admito mesmo que

19 — MARTINS, José V. de Pina — **O primeiro livro impresso em português**, in «Revista da Biblioteca Nacional», Lisboa, série 2, vol. 2, n.º 2, Jul.-Dez. 1987, pp. 161-166.

na transcrição há erro na leitura de um nome; mas isso não inutiliza por completo o valor do colofão, nada tendo a ver, por exemplo, com a data, expressa com os elementos tópico e crónico, isto é, com a menção do **lugar** e do **ano, mês e dia**. Nem me parece determinante para a sua rejeição a deficiente qualidade do latim em que está redigido, pois o colofão nada tem a ver com a obra, aliás, originariamente escrita em castelhano. O colofão não pertence à obra. É da altura da impressão, podendo, inclusive, ter sido adaptado de outro existente em obra impressa ou manuscrita, por algum clérigo representante do responsável pela edição ou pelos próprios impressores. O emprego de **Clavibus** para significar a localidade de Chaves não é grave numa obra saída das mãos de um mestre tipógrafo estrangeiro, que, embora mestre de ofício, não tinha de ser necessariamente versado na origem histórica e filológica de Chaves. E a comprová-lo aí está o facto de os flavienses, que tanto se orgulham das suas origens romanas, conservarem no brasão da cidade duas chaves²⁰. Por sua vez, a reconstituição do adjectivo **[lus]itanis** a concordar com **Clavibus**, para situar esta vila nortenha **em Portugal**, apesar de traduzir desconhecimento da divisão administrativa romana, é aceitável se recordarmos que, em 1481, o próprio D. Garcia de Meneses, na célebre oração proferida perante o papa Sisto IV, empregou os termos **Lusitania** e **lusitani** para se referir a Portugal e aos portugueses²¹.

14 Para além destes reparos e de duas terminações no dativo terem sido incorrectamente grafadas como consequência da prática corrente no latim medieval de se escrever sob influência fonética, temos de reconhecer que este colofão respeita a estrutura das epígrafes honoríficas.

Na cópia deste colofão há, contudo, um erro, apenas detectado na sequência de uma crítica histórica, erro tão grave que, em meu entender, ocultou até agora a identificação do responsável por esta edição e, apesar disso, ninguém tinha dado por ele.

A fim de melhor a ele me poder referir e porque permitirá corrigir afirmações inaceitáveis, antes de prosseguir, desejo apresentá-lo em latim e numa tradução diferente da que foi divul-

20 — **Grande Enciclopédia Luso-Brasileira**, vol. 6, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 635.

21 — HERCULANO, Alexandre — **História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III**, 9.ª ed., tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., pp. 38-39.

gada pela Sra. Prof.^a Rosemarie E. Horch²²:

Sume trinitati ac genitrice Marie
Virgini Xpi Laus inefabilis «Libro
ita patrato clavib⁹ jtanis per jusu
Gudisalvi a magistro Johane Oviete
si Roderico ac Gudisalvo hujus operis
compositorib⁹» Anno dni m.^o quattu-
orcetessimo. lxxxviii Mense aprilis
xviii.d.

À SS.^{ma} Trindade e à Virgem Maria, Mãe de Cristo, louvor inefável, terminado que foi este livro, em Chaves, Portugal, por ordem de GONÇALO (?), por mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo, impressores desta obra, no dia 18 do mês de Abril do ano do Senhor de 1488.

A leitura atenta do texto latino e desta tradução obriga a tirar as seguintes conclusões:

1.^a — Os impressores desta obra foram **três** e não dois: mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo;

2.^a — Não é possível reduzir os dois companheiros de mestre João de Oviedo a uma só pessoa de nome **Gonçalo Rodrigues**, numa tentativa de o identificar com o conhecido Gonçalo Rodrigues de la Pasera, como acontece nos estudos da Prof.^a Rosemarie E. Horch²³;

3.^a — Apesar de na cópia do colofão divulgada pelo cónego da patriarcal lisbonense, Francisco Freire de Carvalho, se dizer que o **Sacramental** foi impresso «per iusum Gindisalvi», este nome **Gonçalo** é insustentável, pois constitui, como tentarei demonstrar, um erro de leitura e de transcrição paleográficas.

Esta expressão «per iusum Gundisalvi» (ou daquele que errada e inconscientemente foi silenciado), foi intencionalmente introduzida no colofão a fim de perpetuar a memória de quem mandou imprimir a obra, e que, por isso, com a responsabilidade dos custos averbava também o mérito da edição. Este inciso, na sua brevidade, à data da publicação, era suficiente para identificar um tal mecenas

22 — HORCH, Rosemarie Erika — **O primeiro livro impresso em língua portuguesa**, in «Prelo»..., 10, p. 12, nota (3); **Luzes e fogueiras**..., fl. 18.

23 — Ver as duas obras citadas na nota anterior, respectivamente a p. 13 e fls. 188.

junto dos destinatários da obra. Para o simples nome, sem qualquer patronímico ou título, bastar à sua identificação tinha de ser pessoa largamente conhecida.

Nestas condições e atendendo a que o **Sacramental**, como o seu autor claramente afirma, foi escrito, digamos, organizado, para o clero da diocese de Leão, só poderia ter sido mandado imprimir em português por alguém que desejava torná-lo acessível a clérigos diocesanos portugueses, já que esta obra não se revestia de interesse especial para os membros de ordens monásticas e, além disso, nos finais do século XV, cada mosteiro era autónomo, estava-se numa época de crise em que predominavam os **comendatários**, o número de religiosos em cada comunidade era reduzidíssimo e não é crível que se optasse por um investimento desta envergadura para obviar às necessidades de um escasso número de monges, quando nem se pensava ainda na constituição das **Congregações** do período pós-tridentino, pelo que nem sequer estava garantida a distribuição nas outras casas da mesma Ordem.

Tal iniciativa só podia partir de algum prelado diocesano, que bem conhecesse as vantagens da imprensa nos planos da cultura e da pastoral.

Acontece, porém, que no elenco dos prelados existentes nas dioceses portuguesas, em 1488 e nos anos mais próximos, anteriores e posteriores, **não houve nenhum chamado Gonçalo**²⁴.

16

Concluo, por isso, que na transcrição do colofão há uma palavra errada, pelo que esta transcrição não se pode considerar inteiramente fiel. Isso, porém, não destrói todo o seu valor histórico-documental.

O que, por certo, lá estava era um **G**, que o cónego Freire de Carvalho, viu, e tentando ser útil aos seus leitores desdobrou erradamente por **Gundisalvi**, quando deveria ter desdobrado por **Georgii**.

Antes de apresentar as provas documentais em que se funda esta minha interpretação, desejo informar V.^{as} Ex.^{as} de que, se na citada carta de 5-4-1987 aventei esta interpretação conduzido por uma certa intuição, disponho agora de elementos que a legitimam. Com efeito, desde os anos anteriores a 1481 até 1497 temos provas de que o futuro arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, assinava o seu nome apenas pela sigla **G**.

24 — Cf. OLIVEIRA, Mons. Miguel de — **História eclesiástica de Portugal**, 3.^a ed. Lisboa, União Gráfica, 1958, pp. 431-447.

2.2. — *Alguns dados biográficos do arcebispo*

Para melhor se acompanhar a exposição sobre este ponto, aliás da maior importância — direi mesmo decisivo — convém adiantar algumas notas biográficas deste prelado:

- Natural da vila de Alpedrinha, Fundão, era filho de Martim Vaz e de D. Catarina Gonçalves da Costa e irmão do célebre Cardeal Alpedrinha, igualmente chamado D. Jorge da Costa, que por morte do irmão arcebispo, viria a governar a Arquidiocese de Braga, desde 1501 até 1505.
- Deão da Sé de Lisboa e protonotário apostólico, já estava na Itália antes de 1481²⁵.
- De 1481 a 1486, foi bispo de Silves, Algarve, embora permanecendo sempre em Roma²⁶.
- Em 27-1-1486, foi eleito arcebispo de Braga, governando a Arquidiocese até 1501, ano em que viria a falecer na cidade de Roma²⁷.
- Em 9-2-1486, nomeou os seus três procuradores para tomarem posse da Arquidiocese em seu nome e a governarem durante a sua ausência.
- Em 17-2-1486, nomeou seu vigário-geral o cónego de Lisboa, Jusarte Afonso.
- Em 4-3-1487, D. João II suspendeu a aplicação do beneplácito régio e autorizou a publicação da bula de nomeação de D. Jorge da Costa para Braga e de outros documentos relativos a este processo.
- Em 24-3-1487, os procuradores apresentaram as bulas e outra documentação ao Cabido, reunido na Sé de Braga²⁸.
- Conquanto não diga respeito à biografia do arcebispo, urge anotar que, em 8 de Junho de 1487, o bispo auxiliar, D. Frei Gil, celebrou a última ordenação geral, só voltando a haver ordenações em 2 de Dezembro de 1492²⁹.

17

25 — A.D.B., *Inventário dos bens do Cabido*, s.n., elaborado em 1612, fl. 6, publicado por COSTA, P. Avelino de Jesus da — *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga*, Braga, 1985, p. 84.

26 — A.D.B., *Gaveta dos arcebispos*, n.º 96.

27 — FERREIRA, Mons. José Augusto — *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, tomo II, Braga, Mitra Bracarense, 1930, p. 350.

28 — A.D.B., *Gaveta dos arcebispos*, n.º 96.

29 — A.D.B., *Matrículas de ordens*, maço 4, s.n.

D. Jorge da Costa só chegaria a Braga na segunda metade de 1488, antes do sínodo de 6 de Dezembro desse ano.

2.3. — *A assinatura de D. Jorge da Costa*

Durante este período, isto é, desde muito antes da sua eleição para o sólio metropolitano de Braga até aos últimos anos da sua vida, encontramos um vasto conjunto de documentos em que D. Jorge da Costa assinou sempre o seu nome escrevendo apenas a sigla **G**, a que me referi.

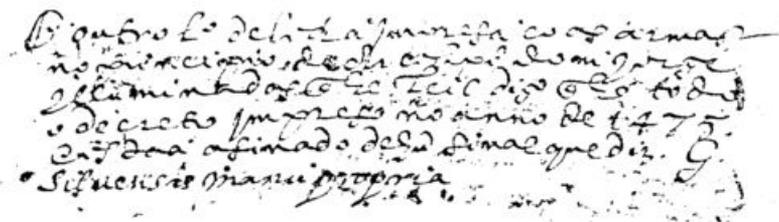
O mesmo atestam as notícias disponíveis, relativas à sua rica colecção de incunábulos, alguns dos quais adquiridos em Roma ou noutros pontos de Itália ainda antes de 1481, como se verifica pelas notícias registadas no «**Inventário dos livros que se guardavão na Livraria antiga da Sé**», elaborado em 1612.

A título de exemplo, no n.º 52 desse inventário pode ler-se:

— «Outro livro de letra impresa, com as armas do Arcebispo Dom Jorge no principio, que hé **Terencio**. E está no fim asinado hum sinal que diz: «**Georgius decanus Ulixbonensis prothonotarius**»³⁰. Da mesma forma, no n.º 63, descreve-se um **Decreto**, adquirido quando era bispo de Silves, posteriormente ilustrado com as suas armas de arcebispo, colocadas no principio da obra. A assinatura era, mais uma vez, apenas um **G**, seguido da menção da dignidade episcopal, sabendo-se que foi escrito pela sua própria mão:

18

— «Outro livro de letra impresa, com as armas no principio do Arcebispo Dom Jorge, illuminado, que hé leis, digo que hé todo o **Decreto** impreso no anno de 1478 e esta asinado de hum sinal que diz: **G(eorgius) Silvensis manu propria**»³¹.



30 — COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — **A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga** Braga, 1985, p. 84, (Sep. de «Teologica», vol. 18).

31 — A.D.B., *Fundo do Cabido de Braga*, livro s.n. Publicado por COSTA, Pe. Avelino de Jesus da — o.c., p. 85.

6 — E, finalmente, nas **Matrículas de ordens**, de 25 de Abril de 1497³⁷

¶ Jorge de melo filho de manuel de melo e de sua legitima
mulher Beatriz da silva moradores na parochia da igreja
de sancta m^a de olivenra ad p^{ma} cleyralem tonsuram et ad
omnes alios quatuor minores ordines promovido ad titulu suu
patrimonij etc.

¶ Joham de melo filho de manuel de melo e de sua legitima mulher
Beatriz da silva moradores na parochia de sancta m^a da
villa de Olivenra da dioc^e de Braga ad p^{ma} cleyralem tonsuram
et ad o^e alios quatuor minores ordines ad promote ad tit^u
suu patrimonij de que se ppureu stragense etc.

G Archepiscopus
Bragarensis

22

Perante este conjunto de provas documentais é indiscutível que D. Jorge da Costa, em geral, assinava o seu nome apenas com um G.

No colofão visto pelo cônego Freire de Carvalho devia constar a expressão «per iusum G», integrada pela sigla G, que para o clero de Braga identificava suficientemente o arcebispo D. Jorge da Costa.

Desdobrando esta sigla por **Gundisalvi**, Freire de Carvalho, embora sem dar por isso, eliminou, até agora, todas as possibilidades de identificação do responsável por esta edição.

37 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4 (25-4-1497).

2.4. — *A imprensa e a inovação pastoral*

A fim de clarificar todo este processo, recordemos que do conjunto da acção pastoral deste prelado emerge a sua solicitude com a formação do clero, bem comprovada, ainda antes de entrar pessoalmente na diocese, pela suspensão radical da celebração de ordenações gerais e especiais, a partir de 8 de Junho de 1487 até 2 de Dezembro de 1492, como se verifica pelo quadro seguinte, relativo às ordenações posteriores a 1485:

**ORDENAÇÕES NA ARQUIDIOCESE DE BRAGA
DE 1485 A 1497**

Anos	Ordenações			Ordens			
	Gerais	Especiais	Total	Menores	Subdiaconado	Diaconado	Presbiterado
1485	7	1	8	187	26	19	16
1486	13	1	14	206	59	41	25
1487*	4	—	4	191	47	57	52
TOTAIS	24	2	26	584	132	117	93

* Em 8-6-1487, o bispo auxiliar, D. Frei Gil, celebrou a última ordenação geral.

e ainda

1492 (2 Dez.)	1	—	1	11	—	—	—
1493	3	3	6	11	—	—	—
1494			5	15	—	—	—
1495	1	—	1	53	11	11	8
1496			2	3	—	—	—
1497			2	2	—	—	—
TOTAIS	—	—	16 ³⁸	95	11	11	8

24

Os clérigos minoristas eram muitos, mas poucos ascendiam ao presbiterado, não sendo, por isso, necessário nem conveniente ordenar mais. Daí a sua reacção contra a ordenação abusivamente feita pelo bispo auxiliar, D. Frei Gomes da Rocha, em 31 de Março de 1494³⁹. O que se impunha era dar-lhes instrução conveniente e formação adequada. D. Jorge da Costa, por experiência própria de largos anos, conhecia as vantagens que nesse sentido lhe oferecia a nova técnica tipográfica e quis aproveitá-la. O **Sacramental**, que já corria manuscrito em versão portuguesa, visava precisamente essa finalidade instrutiva e podia imprimir-se de imediato, não sendo necessário demorar muito a preparar o texto para a impressão.

Nos primeiros contactos epistolares com os seus procuradores e com o vigário-geral, o novo arcebispo deve ter deliberado proceder à impressão imediata desta obra, que era, ao mesmo tempo, um **catecismo** e um **tratado geral de teologia moral sacramental**, seguindo-se-lhe o **Tratado de confissão**, como tratado **especial** sobre este sacramento, no qual introduziu uma cláusula penitencial

38 — Pelo teor de algumas **matrículas** não é possível saber com rigor se as ordenações foram gerais ou especiais, pelo que apresentamos apenas o seu número global.

39 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4, s.n. Sobre este assunto ver tb MARQUES, José — **A Arquidiocese de Braga no século XV**, vol. II, Lisboa IN-CM, (1988), p. 963.

destinada a obrigar os presbíteros a observarem o **rito bracarense**, enquanto não se imprimiam os respectivos livros litúrgicos, cuja impressão se impunha, dados a sua falta e o mau estado de grande parte dos que ainda existiam manuscritos, por vezes sob a forma de pequenos cadernos, segundo atestam os inventários paroquiais conhecidos⁴⁰. Mesmo que, eventualmente, não tenha dado qualquer ordem escrita sobre este assunto, também não era necessária, porquanto na referida procuração lhes havia outorgado plenos poderes, acrescentando, a terminar, que poderiam fazer tudo o que fosse necessário ou oportuno e que ele próprio faria ou poderia fazer se estivesse pessoalmente presente: — «... **Et generaliter omnia allia et singulla faciendum dicendum gerendum exercendum et procurandum que in premissis et circa ea necessaria fuerint seu quomodolibet opportuna et que ipsemet dominus constituens faceret seu facere posset si in premissis omnibus et singullis presens et personalliter interesset**»⁴¹.

Institucionalmente, o arcebispo era, assim, o responsável pela impressão do *Sacramental*, devendo, por isso, constar no colofão que foi impresso por seu mandado. Nestas circunstâncias, mesmo na sua ausência e à semelhança do que faziam os tabeliães nas públicas-formas, o vigário-geral ou o seu representante junto dos tipógrafos de Chaves e eles próprios respeitaram, no referido colofão, a forma como o arcebispo costumava assinar.

Por tudo isto, sou levado a concluir que no colofão da edição de 1488, em vez de «Gundisalvi» estava apenas a sigla **G**, referente a D. Jorge da Costa, erradamente desdobrada na obra do cónego Freire de Carvalho, datada de 1845.

Embora sem aquela certeza apodítica que todos gostaríamos de ter, até provas inconcussas em contrário, continuo a atribuir, segundo penso, com segurança, a responsabilidade da impressão do **Sacramental** de Valdeiras a este prelado bracarense.

Mais. Julgo que ninguém ousará, com fundamento, contestar que a ele pertence o mérito de haver ordenado a impressão do **Tratado de confissom**, o que, efectivamente, constitui um excelente «ponto de partida» para a prossecução «das nossas investigações, não um ponto de chegada»⁴², embora remontando ao ano de 1488,

40 — A.D.B., **Gaveta 2.ª das igrejas**, n.º 58; **gav. 1.ª das igrejas**, n.º 46; **coleção cronológica**, caixa 25, s.n.

41 — A.D.B., **Gaveta dos arcebispos**, n.º 96.

42 — MARTINS, José V. Pina — o.c., p. 164.

com o **Sacramental**, como tudo parece indicar. Além disso, todos sabemos que foi no seu governo arquiépiscopal e por sua intervenção que foram impressos os três livros litúrgicos de Braga: o **Breviário** (1494), o **Manuale** (1496) e o **Missale** (1498)⁴³.

Nestas condições, temos de concluir que o arcebispo D. Jorge da Costa, além de responsável pelas duas primeiras obras impressas em vernáculo, foi também o maior impulsionador da imprensa portuguesa — ou, melhor dito, em Portugal — no século XV, tendo o seu nome ligado a cinco incunábulos e, naturalmente, ao **Certificado de indulgência** de Inocêncio VIII, impresso por João Gherlinc, em Braga, em 1492⁴⁴. Pode mesmo dizer-se que foi pioneiro e inovador entre nós, utilizando a imprensa ao serviço da pastoral.

3 — Impresso em Chaves, porquê?

Há ainda uma questão que não pode deixar de ser abordada: — **Porquê impressas em Chaves estas duas obras em português?**

É, sem dúvida, uma questão delicada e difícil de resolver. Na busca de uma resposta, importa não se deixar seduzir pelos exageros do bairrismo doentio de certos flavienses, que atribuem a esta vila nortenha uma importância que não tinha.

É indiscutível o carácter utilitário, sob o ponto de vista religioso, das primeiras publicações, tanto judaicas como cristãs, e a situação periférica das oficinas de Faro e de Chaves, o que aponta para a presença de tipógrafos judeus nestas localidades. A sua presença em Faro é incontestável. E não estaremos, em Chaves, perante uma situação paralela, sendo, neste caso, a actividade exercida sob a orientação de mestre João de Oviedo? A pressão castelhana antijudaica levou alguns **convertidos** a virem fixar-se à cidade do Porto, cuja vereação os expulsou, antes de 8 de Abril de 1487⁴⁵. Outros ter-se-ão, eventualmente, instalado em Chaves.

Para os judeus castelhanos esta proximidade da fronteira flaviense era suficiente para os manter a salvo das violências popula-

43 — FERREIRA, Mons. José Augusto — **Estudos histórico-litúrgicos. Os ritos particulares das Igrejas de Braga e Toledo**. Coimbra, Coimbra Editora, 1924, pp. 160 ss.

44 — ANSELMO, Artur — **Origens da imprensa em Portugal**, Lisboa, IN-CM, 1981, pp. 273-274.

45 — SERRÃO, Joaquim Veríssimo — **História de Portugal**, vol. II, Lisboa, Verbo 1978, p. 261. Sobre esta problemática ver também: SUAREZ FERNANDEZ, Luís. — **Documentos acerca de la expulsion de los judios**, Valladolid, 1964.

res, que os obrigaram a abandonarem as suas terras, e até fora do alcance da jurisdição dos Reis Católicos, que viriam a expulsá-los em 31 de Março de 1492, e, ao mesmo tempo, permitia-lhes alimentar os contactos mais ou menos regulares com as populações castelhanas, como sempre acontece, com facilidade, em zonas de raia seca. O mestre impressor conservava no nome a menção da sua procedência — Oviedo — prática seguida por tantos outros como acontecia, por exemplo, entre os judeus de Braga, dessa altura, com Jacob **Castelão**, Abraão **Galego**, Menahen **Galego**, Salomão **Montesinho**, etc. Por outro lado, os nomes de João, Gonçalo e Rodrigo eram frequentemente assumidos por judeus **convertos** e **cristãos-novos**⁴⁶, o que se harmoniza, sem dificuldade, com a situação descrita. É possível que os dois companheiros de mestre João de Oviedo procedessem também de além-fronteira. Seja como for, o que sabemos é que entre alguns judeus de Chaves foi-se dando uma aproximação ao Cristianismo, chegando mesmo, em 1495, a receber ordens menores em Braga um tal Rodrigo, filho de Diogo Rodrigues, esclarecendo a **matrícula** de ordens que também o pai do clérigo abraçou a Fé Cristã, tendo a mãe continuado apegada ao judaísmo⁴⁷:

123
 João filho de D. João bom Cristiano judeu
 em foydo judeu casado com judia e elle se tornou
 cristão e se chamou moço um filho de foydo
 in de chamat de foydo de foydo e elle, se tor-
 nou cristão com a mãe que se chamou

27

Estaremos em presença de pessoas de alguma forma relacionadas com os impressos flavienses?

Conhecendo nós os três impressores do **Sacramental**, em 1488, não será de admitir que a eles se deve também a impressão do **Tratado de confissom**?

46 — MARQUES, José — **A contenda do Cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV**, in *Braga medieval*, Braga, 1983, pp. 104-107.

47 — A.D.B., **Matrículas de ordens**, maço 4, s.n.

4 — Conclusão

Enquanto estas perguntas aguardam respostas definitivas, impõe-se rejeitar a explicação da fixação, mesmo provisória, da tipografia em Chaves pelo simples facto de ser caminho de peregrinos, até porque **não era a única nem a principal via de passagem para Santiago de Compostela**. Divulgar mapas que apontam Chaves como ponto obrigatório de passagem dos portugueses para Compostela, além de revelar o mais completo desconhecimento do sistema viário medieval, pode induzir em erro investigadores estrangeiros, como já aconteceu⁴⁸. Não hesito afirmar que isso constitui um péssimo serviço prestado à História de Chaves, que deve ser valorizada e dignificada.

Consequentemente — e como já escrevi — tem de se rejeitar a hipótese de ter sido instalado aí um comércio livreiro destinado aos peregrinos... sem entrar sequer em linha de conta com o grau de analfabetismo...!⁴⁹.

À semelhança do que afirmei, em 1986, acerca do **Tratado de confissom**⁵⁰, também o **Sacramental** não pode ser considerado como obra de crítica e sátira social contra a Igreja e o clero. Não era essa a intenção do seu autor e nem a natureza desta obra nem o conhecimento prévio dos que seriam os seus primordiais destinatários permitiam tal estilo.

28 Numa perspectiva afirmativa, direi que D. Jorge da Costa é o responsável pelas impressões dos dois primeiros livros em português, saídos dos prelos de Chaves, e que os mesmos se destinavam à numerosa clerezia bracarense, no seu conjunto.

Estamos, por isso, em condições de poder afirmar que o **Tratado de confissom** e o **Sacramental** não arrebatarem a prioridade da impressão ao **Breviarium Bracarense**, tendo cada uma destas obras aparecido, por ordem cronológica, integrada no lugar que logica-

48 — HORCH, Rosemarie Erika — **Luzes e fogueiras...**, mapa 3, em apêndice. A fim de se poder verificar a inconsistência da posição tomada por quantos consideram Chaves como ponto obrigatório de passagem para Compostela — erro tremendo, em que acabou por ser induzida a Sra. Doutora Rosemarie E. Horch — proponho ao leitor o confronto entre este mapa e os que foram elaborados pelos Profs. Humberto Baquero Moreno e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, reproduzidos em apêndice a este estudo.

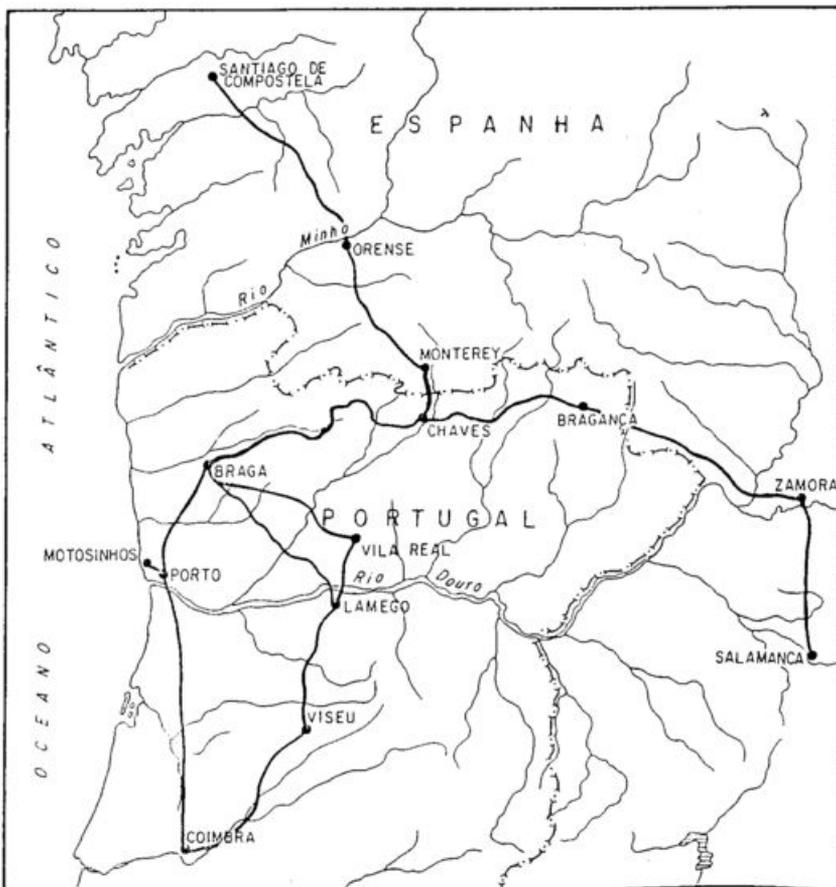
49 — MARQUES, José — **Tratado de confissom...**, p. 10.

50 — MARQUES, José — **Tratado de confissom...**, pp. 14-15.

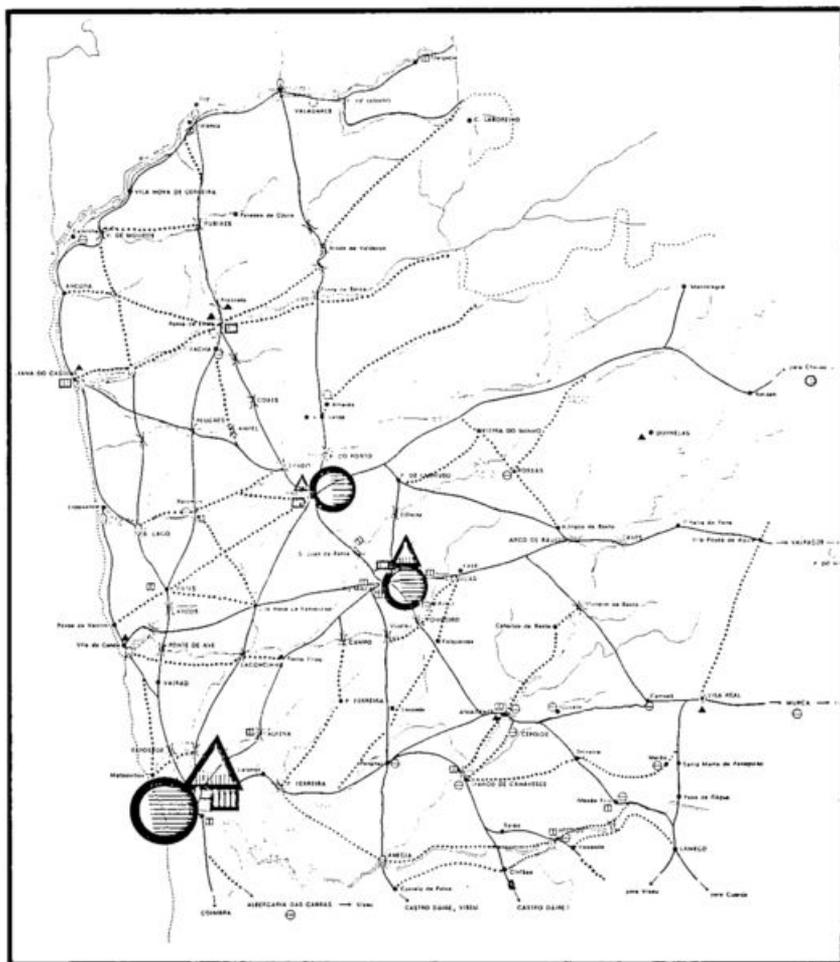
mente lhe competia, dentro de um «projecto editorial» levado a cabo por D. Jorge da Costa, com objectivos meramente pastorais.

Continuar a aprofundar o estudo desta temática, já que há tantos problemas em aberto, será a melhor forma de comemorar o **V.º Centenário** da impressão, em português, do **Sacramental**, organizado pelo arcebispo de Valdeiras, Clemente Sánchez de Vercial.

Braga, 5 de Maio de 1988



Mapa 1 — Caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, no século XV, segundo Rosemarie E. Horch, que utilizou como fonte de informação: SÁ, Mário — *As grandes vias da Lusitânia*.



Mapa 3 — Os caminhos medievais do Entre-Douro-e-Minho, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida — Os caminhos e a assistência no norte de Portugal, in **A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média**. Actas das 1.^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, tomo I, Lisboa, I.A.C., 1973, entre as pp. 50-51.





UM OLHAR SOBRE A FAIANÇA DA COLECÇÃO NOGUEIRA DA SILVA

CÉSAR VALENÇA
MUSEU NOGUEIRA DA SILVA

A cerâmica acompanhou o Homem desde a Idade da Pedra, tendo nascido para solucionar as necessidades do dia a dia, reflecte, como toda a criação humana os aspectos sociais tornando-se imprescindível como instrumento de estudo para os antropólogos. Ao mesmo tempo que a civilização avança, o Homem passa a ter exigências menos imediatas e a cerâmica pode preencher funções utilitárias e estéticas.

A história da cerâmica liga-se à descoberta do fogo, mais tarde do Torno, que a vai tornar consistente o que não acontecia quando seca ao ar livre; o torno vai permitir a repetição de modelos e depois os vidrados e esmaltes impermeabilizam a peça e favorecem a decoração.

Os objectos de arte devem grande parte da sua atracção à capacidade de serem recriados e interpretados diferentemente em cada época, aliás é um desses mecanismos que mudam objectos vulgares em objectos artísticos. A sensibilidade, a cultura, mas também a moda são factores que entram nesse mecanismo misterioso.

As faianças foram coleccionadas desde sempre pelos mais diversos motivos mas, nos anos sessenta, em Portugal eram procuradas gulosamente pelo que tinham de «rural», pelo que insinuavam de «vida de quinta» como se antecipadamente os portugueses exorcizassem o fim de uma sociedade que a emigração macissa da mão de obra para as cidades do litoral e sobretudo para a França teria de mudar necessariamente.

Anos depois as mesmas faianças são cobiçadas pela «modernidade» das suas formas e decoração, sobretudo das populares, e estimadas pelo que possam ter de «primitivo», de «puro», e recupe-

radas para casas sofisticadas, juntando-se a móveis de vanguarda e mesmo ambientes minimalistas de residências assumidamente urbanas. Os finais de século parecem ter o gosto pelo heterogéneo e só a qualidade é exigível.

As faianças da colecção Nogueira da Silva, juntas por uma personalidade de gosto conservador são, por vezes, oriundas de colecções prestigiosas como a do Conde do Ameal que fornecem os magníficos pratos de Aranhões e o par de terrinas de Cifka.



34

Prato de Aranhões, séc. XVII. Armas dos Silvas, originário da colecção Ameal; diâmetro 38,5 cm.

Há peças que devem ter atraído o Senhor Nogueira da Silva pela sua peculiaridade como é o caso da pequena terrina russa de 1922 que faz parte de um tipo de objectos que a moda, com os seus profundos mecanismos sociais e quiçá políticos tornou uma vedeta dos nossos dias.

O pequeno pote de faiança do próximo Oriente do séc. XVI/ /XVII, possivelmente Persa, tem uma forte influência Ming não só no desenho, como no «craquelé», o que o torna parente dos nossos Aranhões e, é sem dúvida muito curioso.

Um olhar sobre a faiança...



Cachepot de um par,
faiança holandesa,
séc. XVIII, altura 29
cm.



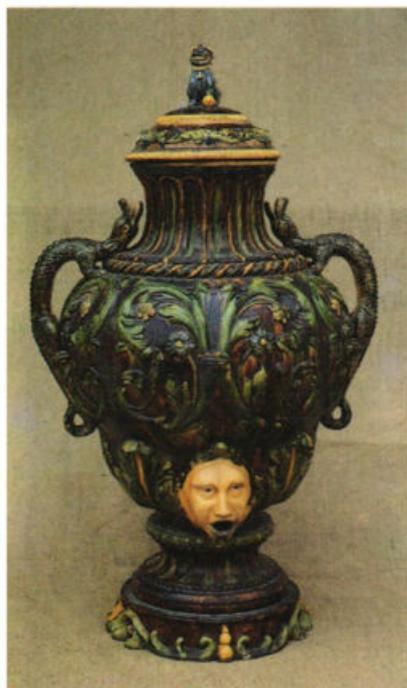
Prato hispano-árabe,
diâmetro 38 cm.
Manires, séc. XVII

Bacia do levante
Espanhol, séc. XVII/
/XVIII; decorada a
azul e branco com
flores e um pássaro;
diâmetro 41 cm.



Os pratos hispano-árabes, que fariam a felicidade de Guerra Junqueiro, ou as faianças azul-e-brancas de Espanha estão também presentes em qualidade e, por vezes, quantidade. A Holanda é representada por um belo par de «cahe-pots», copiado no azul da China; o séc. XVIII português deu a esta colecção um par de movimentadas terrinas «rocaille» de uma fábrica do Sul e os nossos aliados britânicos, cujo Tratado de Methwen foi fatal à cerâmica portuguesa, também aqui têm representação com um prato de faiança de Leeds, séc. XVIII, com uma interessante cena de crucificação, inspirada no mesmo tema dos pratos em porcelana da China, ditos Jesuítas, e de que existem alguns belos exemplares nesta colecção como foi mostrado em artigo anterior.

O séc. XIX está magnificamente ilustrado na versão «burguesa» por uma excepcional Talha-fonte, de louças das Caldas, anterior a Bordalo Pinheiro, a lembrar a faiança de B. Palissy. O séc. XIX,



◄◄ Talha-fonte. Caldas, séc. XIX. Altura 96 cm.

◄ Manga de farmácia com armas dos Dominicanos, séc. XVIII. Prado, 35 cm.



Prato de faiança de Leeds, séc. XVIII. Com Cena de Crucificação. Diâmetro 25,5 cm.

Terrina de um par, séc. XIX, assinada CIFKA, originária da Coleção Conde do Ameal. Altura 38 cm. A pega da tampa é formada por uma sereia, decoração com motivos mitológicos.



aristocrático, tanto quanto o podia ser uma côrte liberal, está representada por um par de espampanantes terrinas atribuídas à mão do Boémio Cifka a trazerem-nos à memória os revivalismos da Pena, e o notável homem de cultura e príncipe que foi o marido da rainha D. Maria II.

A versão popular do mesmo século é dada pela louça dos «ratinhos», esses emigrantes sazonais que da Beira iam trabalhar para o Alentejo. A região de Braga aparece com um canudo de farmácia do séc. XVIII com as armas dos Dominicanos feita em Prado (Ilustração da capa).

Segundo José Queirós foram os Árabes, que no séc. VIII trouxeram para a Península a indústria da faiança colorida e esmaltada de forma translúcida.



3'

Par de garrafas do sec. XVIII, muito interessantes. Armas dos Dominicanos e personagem com flores. Prado?

A composição de faianças portuguesas nos séc. XVI e XVII parece ser de origem italiana, enquanto a decoração é marcada pelas porcelanas chinesas da época Ming, tendo sido os portugueses os primeiros europeus a utilizarem esses motivos que irão ser copiados posteriormente em toda a Europa até ao séc. XIX.

Quando em 1619, Filipe II de Portugal entrou em Lisboa, levantaram-se na rua diversos arcos festivos, entre os quais os das



Terrina de um par, fábrica do Sul, Rocaille, 2.ª metade do séc. XVIII; Altura 24 cm.

cooperações de oleiros, enfeitados com «porcelanas de Lisboa» que eram feitas para consumo interno e para exportação.

Uma notável e recente exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, organizada pelo Museu Histórico de Amesterdão, demonstrou a preferência da nossa faiança entre a colónia dos Judeus Portugueses daquela cidade afugentados pela Inquisição, servindo a cupidez, o egoísmo, a ignorância e a hipocrisia de uma classe dirigente medrosa de vitalidade económica e cultural da burguesia cristã nova e da sua fluidês social.

As faianças portuguesas, à semelhança das outras da Península Ibérica, tinham sido marcadas pela invasão Islâmica até ao começo do séc. XVI, desde aí as inovações ligadas ao Renascimento Italiano, introduzidas em Sevilha por Nicolau Pisano, trouxeram as alterações criadas por Luca della Robia. Esses conhecimentos passaram de Sevilha a Portugal usando como via os oleiros portugueses da numerosa colónia de Sevilha; por outro lado, pode ter havido influência directa, dada a existêncica de bolseiros portugueses nas cidades italianas e das compras e encomendas em Itália de que restam ainda hoje os della Robia na quinta das Torres, em Azeitão.



Prato usado pelos «Ratinhos», séc. XIX. Decoração floral a amarelo e azul; diâmetro 31 cm.

Faianças das várias regiões de Espanha ou da Holanda, e mais tarde de Inglaterra, eram também frequentes em Portugal e existem várias na colecção Nogueira da Silva, que embora estrangeiras podem estar há séculos no nosso País.

Se o conjunto de faianças do Museu Nogueira da Silva não tem a importância nem a extensão do acervo de «louça de encomenda de porcelana da China» existente no Museu, há indiscutivelmente peças notáveis, e a presente escolha para este apontamento baseia-se ora em méritos artísticos ou na peculiaridade de certas peças, no interesse regional, ou serve ainda como ponto e contraponto desde os eruditos Aranhões aos modestíssimos «Ratinhos».

Assim, o conjunto de faianças tal como tem vindo a acontecer com as porcelanas da China, os marfins ou as pratas, à medida que têm vindo a ser estudadas mostram uma colecção com interesse que tem mesmo surpreendido os peritos dos Museus Nacionais.



Bibliografia

Catálogo da Exposição Retrospectiva da
Cerâmica Nacional em Viana do Castelo.
Luís Oliveira

Cerâmica Artística Portuense, séc. XVIII
e XIX.
Vasco Valente

Cerâmica Brasonada de Castro Solla.

Cerâmica Esmaltada
diversos
Editorial Lobos 1981

Faiança Portuguesa
Artur Sandão

Faiança Portuguesa 1600-1660
Museu Nacional de Arte Antiga
Rafael Calado

L'object d'Art — N.º 9, Julho/Agosto '88



A EXCURSÃO AO NORTE DE PORTUGAL DO IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA PRÉHISTÓRICAS (1880): BRAGA E A CITÂNIA DE BRITEIROS

FRANCISCO SANDE LEMOS
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

1. Em texto anterior (LE MOS 1985, p. 195-203) abordámos a realização da Conferência da Citânia de Briteiros, celebrada em Junho de 1877. Este episódio científico e cultural correspondeu à consagração portuguesa de Martins Sarmento como arqueólogo, e da Citânia, como sítio paradigmático.

43

Vamos agora tratar de um segundo acontecimento, ocorrido três anos depois, e também relacionado com Martins Sarmento e com Briteiros: a excursão ao Norte de Portugal de uma parte dos intervenientes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Préhistóricas¹. Esta reunião científica, realizada em Lisboa, em Setembro de 1880, constituiu um marco importante na história da arqueologia portuguesa. Como tal foi encarada pelos contemporâneos, e tem sido evocada por diversos autores que se interessaram pelo tema (VASCONCELOS 1887, p. 3; CORREA 1947, p. 314; SANTOS 1980, p. 289-292; GONÇALVES 1980; SILVA 1980, p. 55 e 56; 1985, p. 14 e 15).

Não dispomos, contudo, de um estudo pormenorizado dos seus antecedentes, seu impacto na época, e sua influência nos caminhos posteriores da arqueologia, no nosso país. De facto, as referências supracitadas, ou são muito limitadas, ou não ultrapas-

sam o nível descritivo. Embora apontem algumas pistas, pouco acrescentam aos relatos da época, aliás minuciosos e esclarecedores, dos quais o mais completo será talvez o que foi publicado em sucessivos números da revista *Ocidente*, assinado por R.².

Também não iremos ser nós, por esta vez, a dissecar o assunto. O presente texto é apenas mais um contributo parcelar que somente pretende ir um pouco mais além, num capítulo específico, ao tentar estabelecer o impacto do Congresso de 1880, e da sua excursão ao Norte, no desenvolvimento dos estudos nortenhos, no domínio da Protohistória. Antes porém de relatarmos os principais momentos da excursão, e de analisarmos a sua influência, registaremos alguns aspectos genéricos do Congresso 1880, a título introdutório.

2. Os Congressos Internacionais de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas tiveram grande importância no desenvolvimento destas duas disciplinas, ao longo do séc. XIX. De facto constituíram um fórum privilegiado onde se divulgavam descobertas inovadoras, se debatiam conceitos e se fixavam conhecimentos. O primeiro celebrou-se em 1865, em Spezia, na Itália, e o segundo em Neuchâtel, na Suíça, no ano seguinte. Na terceira sessão, em Paris, em 1867, ficou decidido que se fariam reuniões anuais (que mais tarde passariam a bianuais).

44

O itinerário das sessões subsequentes, Norwich (1868), Copenhaga (1869), Bolonha (1871), Bruxelas (1872), Estocolmo (1874), Budapeste (1876), Paris (1878), bem como os nomes de alguns presidentes, Capellini, Lartet, Lubbock, Worsae, e os temas tratados, revelam, só por si, que se estava a formar um novo saber europeu. Deste novo conhecimento em formação emergiram conceitos «definitivos» (neolítico, calcolítico, deslocações de povos, influências e trocas culturais, tipologias, etc.), a par de áreas moveáveis, que suscitaram ardentes polémicas, como o célebre tema do Homem Terciário.

Introduzido por Bourgeois em 1867 (SILVA 1980, p. 54), esta problemática recolheu numerosos testemunhos contraditórios, e opiniões divergentes. Nesta conjuntura a divulgação dos trabalhos de Carlos Ribeiro, nas sessões do Congresso, de 1872, em Bruxelas, e de 1878, em Paris, acerca dos sílex talhados, recolhidos em supostos estratos terciários do Vale do Tejo, despertaram o interesse dos prehistoriadores europeus. Esta e outras descobertas recentes, da jovem e dinâmica arqueologia portuguesa, cujos ecos se difundiam pela Europa, explicam que o Congresso se tenha

decidido reunir em Portugal. Foi assim agendada para Lisboa, a IX Sessão, com a finalidade de analisar as seguintes matérias (Compte-Rendu 1882, p. XI):

«I — Y a-t-il des preuves de l'existence de l'homme en Portugal pendant l'époque tertiaire?

II — Comment se caractérise l'âge paleolithique en Portugal pendant l'époque quaternaire?

III — Comment se caractérise l'âge neolithique au Portugal?

1.º — Dans les Kiokkenmoeddings de la vallée du Tage;

2.º — Dans les cavernes, soit naturelles, soit artificielles concernant des restes humaines et des produits de l'art;

3.º — Dans les monuments megalithiques et dans d'autres stations.

IV — Quelles sont les notions acquises sur les caracteres anatomiques des habitants du Portugal dans les temps prehistoriques?

V — D'après quels faits peut-on reconnaître la transition de l'âge de la pierre polie à celui du cuivre ou des metaux en Portugal?

VI — Quels sont les faits constatés sur la civilisation des peuples que habiterent le Portugal anterieurement a la domination romaine?»

45

Estas questões entrelaçavam as descobertas e os trabalhos dos arqueólogos portugueses com os conhecimentos já adquiridos noutros países, e foram o quadro em que se desenrolaram em Lisboa, as várias sessões científicas e excursões, entre 19 e 29 de Setembro. Das comunicações apresentadas e dos subsequentes debates ficaram as actas (Compte-Rendu, 1882) e numerosos relatos ou referências, quer em periódicos especializados, quer na Imprensa de Lisboa, ou das principais cidades do país.

O impacto científico da reunião, na comunidade portuguesa de geólogos, arqueólogos, eruditos ou estudiosos, foi decisivo³. Nas décadas seguintes a investigação orienta-se em grande parte pelas temáticas abordadas no Congresso.

Também o impacto social foi significativo. A presença em Portugal dos «sábios» antropologistas, bem como dos participantes no

Congresso Literário, que decorria simultâneamente, não passou despercebida aos meios cultos da sociedade portuguesa.

Exemplo disso é o espaço que um jornal humorístico, o «António Maria», dedica ao acontecimento. As imagens desenhadas por Rafael Bordalo Pinheiro, e os textos, do «António Maria», já recordados por V. Gonçalves (1980), não só são deliciosos pela fina análise das personalidades, como também trazem à liça os alvos habituais do jornal: a monarquia; o exército; a corrupção; a alfândega; os políticos, etc. Essas entidades, organismos ou pessoas, transfiguram-se, em montros ante-diluvianos, ou homens prehistóricos, apresentados para estudo dos investigadores europeus presentes em Lisboa.

Quem se interessar por reconstruir, até ao pormenor, e nos seus diversos aspectos, o célebre Congresso, terá pois ao seu dispôr abundante material.

Pela nossa parte vamos apenas lembrar a excursão à Citânia de Briteiros.

3. A excursão ao Norte de Portugal (Lisboa-Braga-Briteiros-Porto-Coimbra-Lisboa) realizou-se após a cerimónia oficial do encerramento do Congresso, ocorrido em 29 de Setembro, na Real Academia das Ciências.

48

Não surpreende pois que apenas tenham participado na excursão 27 congressistas, dos quais 22 estrangeiros⁴. Entre estes destacavam-se os nomes de Capellini, Virchow, Cartailhac e Quatrefages (filho). Os cinco portugueses eram: Andrade Corvo, presidente do Congresso, Nery Delgado, Estácio da Veiga, Joaquim de Vasconcelos, e Gonçalves Viana, este último um dos quatro secretários da reunião acabada de celebrar em Lisboa.

A viagem entre esta cidade e Braga, fez-se em comboio expresso, que partiu do Rossio às 7 da manhã, e chegou à capital do Minho ao fim da tarde. Os detalhes da estadia dos congressistas em Braga, e da sua ida a Briteiros, podem ser acompanhadas através dos relatos de alguns participantes estrangeiros (CARTAILHAC 1980; MARTIN 1880; CEULENEER 1881; VIRCHOW 1884) e de notícias saídas a lume na Imprensa portuguesa. Destas notícias, umas são assinadas (CALDAS 1880; CARVALHO 1880 a e b; CAMPOS 1888) e outras ficaram anónimas (Constituinte, 1880 a e b; Comércio do Minho, 1880 a e b; Religião e Pátria, 1880). Em Braga chegou mesmo a ser editado, embora quinze anos depois, um pequeno folheto de 35 páginas (MOTTA JÚNIOR 1895), descrevendo a visita, citando partes

de textos ulteriormente publicados por Cartailhac (1886, p. 272-294) e Quatrefages Filho (1886), e transcrevendo as impressões acerca da Citânia registadas no manuscrito entregue a Martins Sarmento, pelos congressistas⁵.

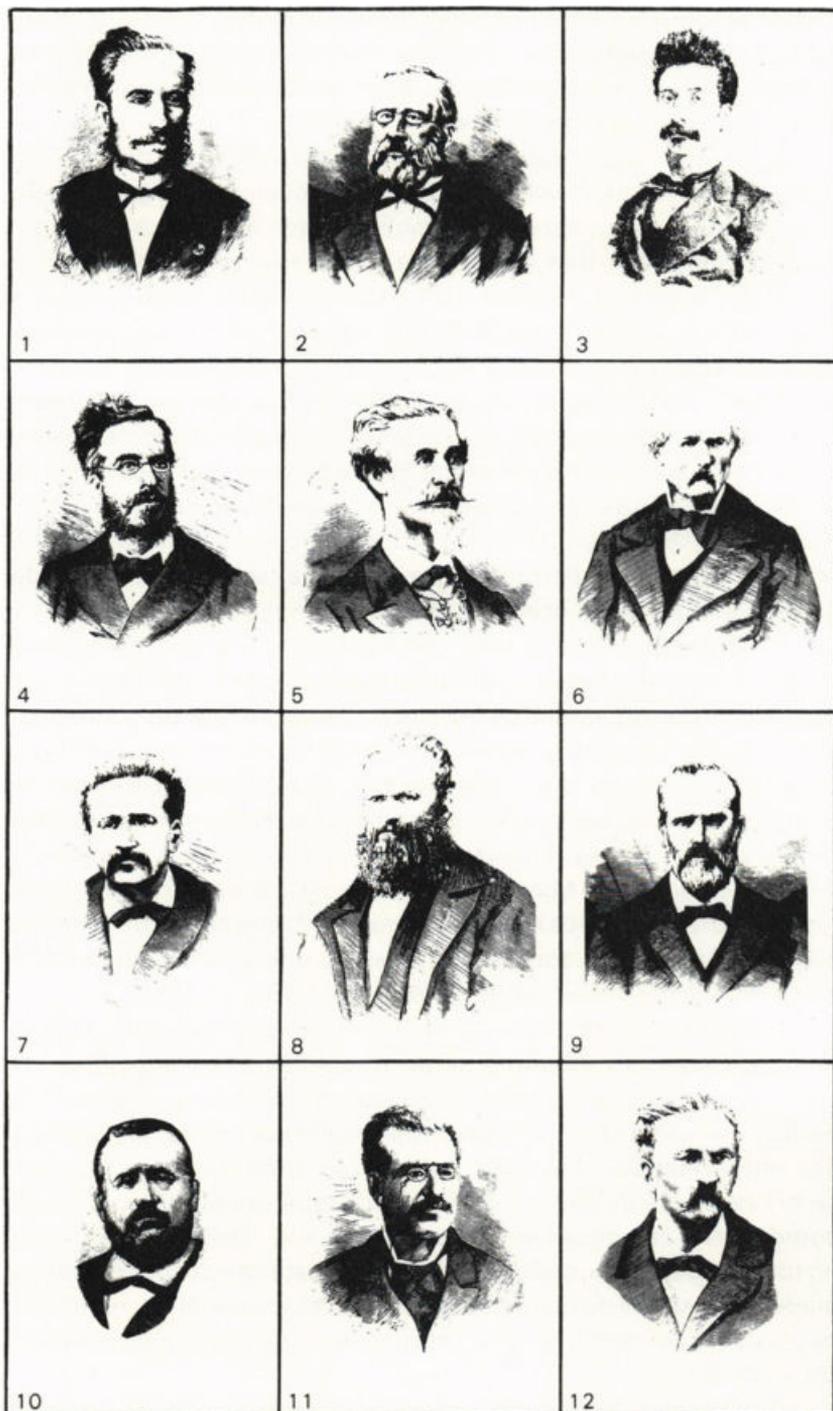
Estes eram aguardados na estação dos caminhos de ferro de Braga, por Pereira Caldas, e pela banda de música do Regimento de Infantaria 8, cujo comandante também esteve presente à chegada. No Hotel Real⁶ foi-lhes oferecido um lauto jantar, composto por «iguarias» regionais, regadas com delicioso vinho verde, que teria sido consumido com abundância, senão mesmo em excesso (CAMPOS 1881)⁷.

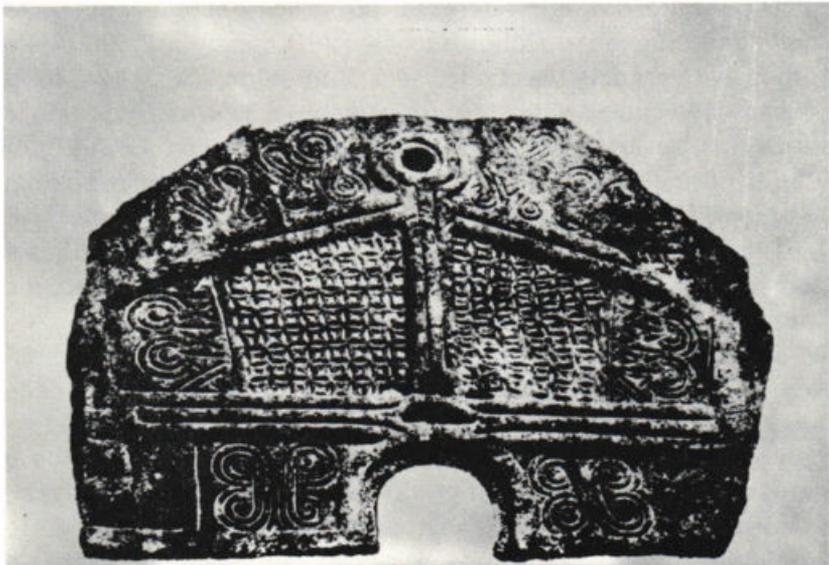
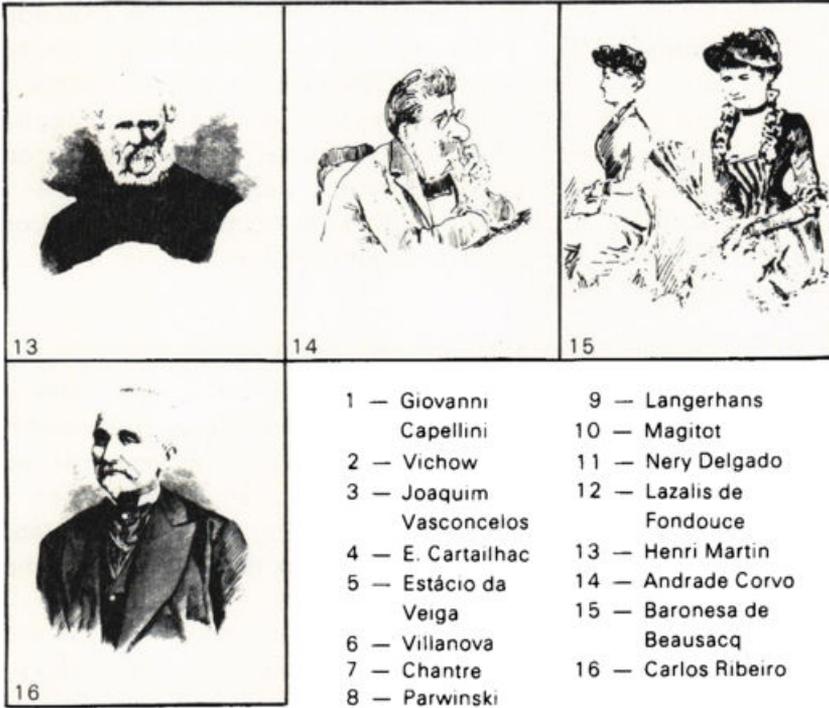
Após o jantar, e antes de se recolherem aos diversos hotéis em que ficaram hospedados⁸, os congressistas apreciaram de novo o virtuosismo da banda de música, que actuou no Campo de Santa Ana⁹, onde ainda se conservava a estátua de D. Pedro V¹⁰ (CARTAILHAC 1880, p. 500; MOTTA JÚNIOR 1895, p. 7). Admiraram também, num breve percurso pela cidade, a fachada da capela da Nossa Senhora da Conceição (MOTTA JÚNIOR 1895, p. 8).

No dia seguinte logo pela manhã, às sete horas, um pequeno grupo, guiado por Pereira Caldas deslocou-se ao Largo das Carvalheiras, onde examinaram os marcos miliários epigrafados aí expostos¹¹, após o que visitaram a Sé Catedral (CONSTITUINTE 1880 a). Depois, o conjunto dos congressistas seguiu para a Citânia de Briteiros pelas Caldas das Taipas, onde se demoraram algo devido a recepção que os aguardava, que incluía morteiros, foguetes e música, à moda do Minho¹². Em Briteiros, à mistura com mais foguetório, esperava-os Martins Sarmento¹³, que conduziu a subida ao monte, feita a pé, sob o sol intenso de uma manhã luminosa, e ainda estival (CARVALHO 1880 a; VIRCHOW 1884, p. 651).

No alto do monte os congressistas observaram em pormenor as muralhas, as ruas, as construções circulares e rectangulares, as duas casas «castrejas» reconstituídas por Sarmento, e a célebre Pedra Formosa. Esta última suscitou «acalorada» polémica, e diversas interpretações, havendo mesmo um antropologista, Guimet, favorável à tese de sacrifícios humanos, que exemplificou a forma como seriam colocadas as vítimas (CARTAILHAC 1888, p. 290). Ainda no topo da Citânia puderam examinar, expostas em toscas mesas de madeira, as séries de material, lítico, cerâmico e metálico, recolhido nas escavações de Briteiros e Sabroso, sítio que aliás não chegou a ser visitado.

Concluído o exame das ruínas e do espólio, os congressistas





Pedra Formosa

saborearam um «lunch», oferecido por Martins Sarmento, e servido in loco, como em 1877. Depois os «sábios» desceram ao sopé do monte, cerca da 1 hora da tarde, regressando imediatamente a Braga, onde às 16 horas tomaram o comboio para o Porto, tendo comparecido à despedida «... as autoridades, os professores do Liceu, o Coronel e todos os oficiais do Regimento de Infantaria 8...» (CARTAILHAC 1880, p. 502). No Porto e em Coimbra ocuparam os dois dias seguintes, tendo-se concluído em 2 de Outubro a excursão ao Norte de Portugal.

4. O Congresso de 1880 é habitualmente considerado um marco na história da arqueologia portuguesa, quer pelos seus reflexos internos, estimulando os estudos em diversas áreas, quer porque contribuiu para inserir no âmbito europeu as principais temáticas da prehistória e protohistória de Portugal que então se definiam.

As repercussões do Congresso de 1880 nos estudos do Paleolítico e do Quaternário foram já analisados, talvez de uma forma excessivamente breve (SILVA 1980 e 1985).

O vulto de Carlos Ribeiro, principal figura do Congresso, e o relevo da sua obra, consagrada na IX Sessão, influenciou decididamente os estudos de arqueologia na cidade do Porto, pela importância que teve na formação do grupo que mais tarde viria a fundar a PORTUGÁLIA, conforme observou D. Pinho Brandão.

52 No âmbito que nos interessa, ou seja no estudo das então chamadas Citânias, o Congresso de 1880 constitui também um ponto de referência. De facto, se a Conferência de 1877 foi a consagração nacional de Martins Sarmento e de Briteiros, como já afirmámos, a excursão ao Norte dos congressistas do C.I.A.A.P., por sua vez, permitiu difundir por toda a Europa, as descobertas e a obra do arqueólogo vimaranense, até aí apenas citado por Hübner.

Principiou assim a estabelecer-se na comunidade científica a ideia de um mundo original, existente na Idade do Ferro, no Noroeste da Península Ibérica.

É verdade que não se registam nos textos da época as expressões civilização ou cultura castreja, hoje usuais. Também é verdade que os congressistas que se pronunciaram com maior desenvolvimento sobre a Citânia, o fizeram com cautela, recomendando o alargamento do estudo (CARTAILHAC, VIRCHOW). Não deixa também, de ser bem patente, nesses textos, uma leitura das ruínas e do espólio de Briteiros e Sabroso, à luz dos conhecimentos sobre o mundo do mediterrâneo oriental, ou da «civilização» celta, con-

forme as opções, ou os gostos.

No entanto os congressistas, apesar da rapidez da visita, ficaram vivamente impressionados com a paisagem única do Minho, com o espectacular aparato defensivo das Citânias, com a solidez granítica dos restos das construções, com a singularidade dos estilos ornamentais, desenhados nas pedras e na cerâmica, e com o mistério encerrado no silêncio da Pedra Formosa. Pressente-se, nas impressões breves de alguns dos visitantes, e nas reflexões demoradas de outras, a convicção generalizada de que as escavações de Martins Sarmento tinha exumado um universo cultural muito específico.

Para além das cronologias atribuídas, e das influências exteriores, vivamente discutidas, e mesmo que a ideia de uma cultura original não tenha sido expressa, o efeito da excursão de 1880 é evidente: as Citânias de Briteiros e Dabroso, e de um modo geral as Citânias do Norte, passam a ser pontos de referência obrigatórios, locais-chave para conhecer o passado da região.

O estudo das Citânias, a partir de 1880, constituirá uma das temáticas dominantes nas pesquisas de arqueologia, no Noroeste Peninsular; estabelecendo-se assim um Phylum que dura até à actualidade.

Na construção desse tronco, colaboraram, para além de Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, os homens da Portugália, Lopez Cuevillas, Bosch-Gimpera, Mario Cardozo, e numerosos outros autores, entre os quais se destacou, na última década, Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

Foi aliás Bosch-Gimpera quem definiu com maior clareza e com mais amplo fundamento a cultura dos castros, que teria Martins Sarmento como pioneiro e Briteiros e Sabroso como sítios paradigmáticos. A história da cultura castreja como conjunto conceptual foi recentemente abordada por Manuela Martins (1987, pp. 78-112).

Nestes anos oitenta, enquanto que alguns investigadores, nomeadamente M. Martins e Martin Hock, questionam a eficácia dos conceitos que sustentam a chamada cultura castreja, outros assumem de uma forma expressa a filiação, como por exemplo Armando Coelho da Silva (1986, pp. 13-14).

Independentemente do debate que se estabeleça a esse respeito, e das conclusões que se adquiram, não deixa de ser surpreendente a durabilidade de ideias e conceitos que nasceram e se forjaram na Conferência de 1877 e na Excursão de 1880.

NOTAS

- 1 — Agradecemos a valiosa colaboração dos Srs. Eduardo Oliveira, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, e Manuel Santos, do Museu de D. Diogo de Sousa. Ao primeiro deve-se grande parte da pesquisa bibliográfica e iconográfica. Ao segundo a reprodução das imagens dispersas por revistas, jornais ou arquivos fotográficos vários. Ambas as recolhas tiveram por objectivo a montagem de uma exposição dedicada a Martins Sarmiento e tendo por tema «A Citânia de Briteiros, a Conferência de 1876 e a Excursão de 1880». Esta exposição foi inaugurada em Julho de 1980 em Guimarães, aquando do II Colóquio de Arqueologia do Noroeste.
- 2 — Esta inicial R corresponde talvez ao nome de um conhecido ensaísta, Oliveira Martins.
- 3 — A lista dos portugueses inscritos na IX Sessão do Congresso, é não só extensa mas também reveladora pelos nomes que contém (Compte-Rendu 1884 p. XXXIII a XXXVIII).
- 54 4 — Pode encontrar-se uma lista completa dos participantes na excursão, consultando os textos escritos por Pereira Caldas (1880).
- 5 — Este manuscrito, com a opinião dos excursionistas, está à guarda da Sociedade Martins Sarmiento.
- 6 — O Hotel Real situava-se na Rua do Raio, no terreno onde hoje se ergue um edifício da Congregação de S. José.
- 7 — Como resultado do excesso do álcool, um dos excursionistas ficou imobilizado em Braga.
- 8 — A época havia em Braga os seguintes hotéis: Hotel Real, Hotel Franqueforte.
- 9 — Actual Avenida Central.
- 10 — A estátua de D. Pedro V foi posteriormente (1914?) instalada no Campo Novo, onde ainda hoje se encontra.
- 11 — A respeito do conjunto de miliários, existente, na época, no Largo das Carvalheiras, consulte-se um artigo de Eduardo de Oliveira Martins e Isabel Fernandes, intitulado «Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa-I», publicado na revista CADERNOS DE ARQUEOLOGIA (1) (1884).
- 12 — Desconhecem-se as razões pelas quais Martins Sarmiento não se deslocou a Lisboa.
- 13 — Martins Sarmiento, apesar de inscrito no Colóquio, não se deslocou a Lisboa, para apresentar a comunicação sobre os Lusitanos, que no entanto foi publicada no Compte-Rendu.

Bibliografia

- CALDAS, Pereira (1880 a) — Visita Archeologica à Citânia. *Religião e Pátria*, 29.12.1880. Guimarães.
- (1880 b) — Visita Archeologica à Citânia. *A Vida Moderna*, Porto, pp. 4 e 5.
- CAMPOS, Alfredo (1981) — De Lisboa à Citânia. *Religião e Pátria*, 8.1.1988, Guimarães.
- CARTAILHAC, Emile (1880) — Congrès International d'Anthropologie et d'archeologie préhistoriques, 9^e session, Lisbonne, Septembre 1880. *Materiaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme*, XVI Année — tome XI, 2^a série, Paris.
- (1886) — *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1880 a) — Folhetim. Citânia I. *Religião e Pátria*, 18.12.1880. Guimarães.
- (1880 b) — Citânia (2). *Religião e Pátria*, 22.12.1880. Guimarães.
- CASTIÇO, Fernando (1880) — O próximo Congresso Internacional em Lisboa. *O Constituinte*, 19.9.1880.
- CEULENEER, Adolf -1880 ?) — Fouilles Faites por M. Sarmiento dans la province du Minho, au Portugal. *Bulletin de l'Academie d'Archeologie de Belgique*, extrait, Anvers, 3 p.
- (1882) — Le Portugal. Notes d'Art e d'Archeologie. *Bulletin de l'Academie d'Archeologie de Belgique*, extrait, Anvers, 41 p.
- CORREIA, A. A. Mendes (1937) — Histoire des recherches prehistoriques du Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 11, Porto, pp. 115-170.
- FERNANDES & OLIVEIRA, Isabel e Eduardo (1984) — Documentos para a História do Museu de D. Diogo de Sousa. I. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, I, Braga.

- GONÇALVES, Victor (1880) — *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida de Crónica de Bordalo Pinheiro*. Lisboa, 44 p.
- LEMOS, Francisco Sande (1985) — A Conferência de 1877, na Citânia de Briteiros. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, Braga, pp. 195-214.
- MARTIN, Henri (1880) — Congrès de Lisbonne. Lettre de M. Henri à M. A. Bertrand. *Revue Archeologique*, 2, Paris, pp. 209-304.
- MARTINS, Manuela (1987) — *O Povoamento Protohistórico e Romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento policopiada).
- MOTA, JR., José Carlos Araújo (1895) — *Os Congressistas em Braga e na Citânia em 1880*, Braga, p. 35.
- R. (1880) — Sessão inaugural. Os Congressistas. Trabalhos do Congresso. *O Ocidente*, n.º 3, Lisboa, pp. 167 e 168; pp. 182; pp. 183-186; pp. 194; pp. 198 e 199; pp. 206 e 207; pp. 221-223.
- (1881) — Trabalhos do Congresso. *O Ocidente*, n.º 4, Lisboa, pp. 7, 19, 27, 35, 55, 63, 67, 78, 94, 111, 118, 119, 126, 127, 134, 142, 150, 159, 160, 166, 167, 174, 175.
- SANTOS, M. Farinha dos (1980) — Estudos de Prehistória em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Série 2, 26, tomo III, Lisboa, pp. 253-297.
- SILVA, António Carlos (1980) — O Homem Terciário Português, *História*, Lisboa, pp. 50-60.
- 56 — (1985) — 1880 - 1980 — No Centenário do «Congresso de Lisboa» Algumas considerações a propósito da investigação paleolítica em Portugal), *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 13-18.
- SILVA, A. Coelho da (1986) — *A Cultura Castreja*, Porto.
- VASCONCELOS, J. Leite de — *Religiões da Lusitânia*, 1 e 2, Lisboa, p. 189.
- VIRCHOW, (1884) — Excursions dans le Nord du Payes. *Compte-Rendu du Congrès International d'Anthropologie Prehistoriques (9^e Session, Lisbonne, 1880)*, Lisboa.
- VÁRIOS, *Compte-Rendu du Congrès International d'Anthropologie et d'Archeologie Prehistoriques (9^e Session, Lisbonne, 1880)*, Lisboa.
- S/A — Citânia. *Comércio do Minho*, 28.9.1880. Braga.
- S/A — Congressistas. *Constituinte*. 20.10.1880.
- S/A — Congresso Internacional de Antropologia e de Archeologia Prehistóricas. *Comércio do Minho*, 18.3.1880. Braga.
- S/A — Visita à Citânia. *Constituinte*. 29.9.1880.

INOVAÇÃO E MUDANÇA EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Aspectos Organizacionais e de Política Educativa¹

LICÍNIO C. LIMA

UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

1. O Paradigma Dominante — a inovação por decreto

Num sistema de ensino cuja administração se caracteriza por uma forte centralização do poder de decisão, a introdução de inovações ou até de mudanças mais ou menos pontuais, realiza-se geralmente por via legislativa. É claro que as inovações de largo alcance se realizam geralmente através da maior ou menor formalização de certos princípios normativos, pelo que se pode concluir que a via legislativa não constitui propriamente um corpo estranho a este domínio. É no entanto o processo de concepção e de implementação utilizado que deve ser analisado, por forma a extrair as principais características de um determinado paradigma de inovação.

57

Acontece que, em Portugal, quase todas as inovações de grande alcance introduzidas no sistema educativo, sobretudo as da educação escolar, têm sido realizadas por iniciativa mais ou menos exclusiva de uma administração burocrática centralizada, de resto com larga tradição na administração pública portuguesa.

Quem, por exemplo, decidir empreender um estudo sobre as principais características da educação escolar nos últimos cento e cinquenta anos, deparará forçosamente com inúmeras reformas, leis e estatutos sem os quais jamais poderá compreender essa realidade sob o ponto de vista diacrónico. Para não recuar ao Marquês de Pombal, bastará pensar nas reformas desde Passos Manuel em 1836 (criação do Liceu) até à reforma de Carneiro

Pacheco em 1936, passando por Pires de Lima em 1947 e 1948, Galvão Teles em 1969, Veiga Simão em 1973².

É porém muito frequente que tal estudo, embora importante, não venha só por si a oferecer os resultados desejados, e isto porque se tornou relativamente frequente a existência de uma distância, por vezes muito grande, entre a realidade normativa (o que deveria ser) e a realidade quotidiana das instituições escolares (o que efectivamente era). Em certos períodos, à consagração mais ou menos sucessiva das diversas reformas, as instituições educativas respondiam pela resistência e acabavam por não as implementar³.

Em Portugal dispomos assim de um historial verdadeiramente notável no domínio das reformas educativas e do ensino, geralmente associadas ao nome do legislador, o que por si só pode ser indicador do proceso centralizador (e até personalizado) que as caracterizou.

O modelo dominante tem sido um modelo centralista que confunde inovação com produção legislativa e parece crer que a realidade educativa é o mero reflexo daquilo que está legislado. Este tipo de «decretomania» parte do pressuposto de que a realidade educativa se pode mudar (e deve mudar) por decreto, ignorando sistematicamente o ponto de vista dos diversos actores educativos, desqualificando a sua capacidade de participação, e mesmo menosprezando as suas capacidades de resistência aos novos modelos consagrados centralmente.

58

Este tipo de inovação burocrática (ou inovação por decreto) bem pode ser caracterizado como um paradigma normativo-taylorista⁴. Normativo porque estabelece normas burocráticas de alcance universal e uniforme, aplicáveis a todos, em todos os lugares e em todas as circunstâncias. Teoricamente, prevê todos os casos e todas as soluções, tipificando-os e formalizando-os, de tal forma que os actores são reduzidos ao seu papel de meros executores. Com as suas características de centralismo, uniformidade, previsão, hierarquia bem determinada, impessoalidade, etc., bem se pode aproximar do «tipo ideal» de burocracia, estudado por Max Weber. Só que no domínio da racionalização e da eficácia, tal modelo tem sido incapaz de responder satisfatoriamente, mesmo se o nosso juízo tomar como referência somente os seus próprios pressupostos e objectivos. A administração central tem vindo progressivamente a demonstrar-se incapaz de tudo controlar centralmente, como seria do seu agrado e como seria congruente com o modelo adoptado.

Por isso a criação de diversas estruturas desconcentradas, geralmente sem poder de decisão e reduzidas a tarefas processuais, constitui a resposta institucional numa tentativa de manter a centralização, ainda que através de uma modalidade desconcentrada. É certo que a desconcentração administrativa pode, em certas circunstâncias, ser um embrião da descentralização, mas nunca quando a metodologia adoptada se caracteriza pela fragmentação dos serviços e dos departamentos, mesmo a nível regional ou local. Por outras palavras, só quando as estruturas desconcentradas dos diversos departamentos centrais forem capazes de se integrarem horizontalmente e de planearem e coordenarem certas actividades em conjunto, se pode falar de uma promoção, ou mesmo de uma transição gradual, para uma administração descentralizada⁵.

Em relação ao segundo epíteto — taylorista — ele é utilizado porque este modelo assume alguns pressupostos típicos da Escola Clássica da Ciência Administrativa, designadamente de Frederick Winslow Taylor⁶. Com efeito, a tónica na centralização e na hierarquia formal, a divisão das tarefas administrativas em termos rígidos de concepção e implementação, o encadeamento sucessivo das tarefas e dos escalões burocráticos a vencer e, sobretudo a ideia da máxima rentabilidade e da máxima eficiência, são algumas das conhecidas máximas tayloristas aplicadas à administração do sistema educativo. Designadamente a máxima rentabilidade e eficiência são conseguidas através da actualização de um único modelo, o modelo mais racional, que supostamente considera todas as alternativas possíveis e opta pela mais adequada, pela solução óptima. Trata-se de uma racionalidade **a priori**, típica do **homo economicus**, oposta a uma racionalidade que mais do que para soluções óptimas se dirige frequentemente para soluções possíveis ou satisfatórias, já para não falar no contraste que mantém com a racionalidade própria dos actores⁷.

Concluindo, a inovação burocrática é promovida centralmente através de inovadores burocráticos que buscam soluções do tipo «one best way». O inovador burocrático tem tendência a assumir-se como iluminado, é geralmente um quadro altamente qualificado da máquina administrativa a quem não faltam as ideias e a competência profissional, ou é uma personalidade co-optada pela máquina. Mas, como Michel Crozier escreve na sua obra **O Fenómeno Burocrático** (1964), «É alguém que mais uma vez porá as pessoas no seu lugar, que reordenará o mundo de uma forma melhor, em vez de ser alguém que lançará novos padrões, novas formas de fazer as coisas»⁸.

2. A Situação da Educação de Adultos

Em geral, a Educação de Adultos, sobretudo quando perspectivada enquanto subsistema do sistema educativo, não constitui excepção no que respeita ao paradigma da inovação atrás caracterizada.

Com efeito, a maior parte das iniciativas nos domínios da alfabetização, da educação popular, da formação profissional, e da educação de adultos em geral, foram sucessivamente concebidas, controladas, e por vezes implementadas, centralmente.

É claro que aqui haverá que distinguir dois grandes domínios: o domínio da intervenção socioeducativa, terreno fértil para a intervenção da sociedade civil através de grupos, associações, organizações, etc., e o domínio da formação escolar dos adultos, mais sistemática, organizada e institucionalizada, onde o Estado detém o papel de actor principal. A centralização e os controlos burocráticos fazem-se sentir muito mais no segundo domínio do que no primeiro. Contudo, num como noutro, pode afirmar-se que o desenvolvimento da Educação de Adultos foi muito tardio em Portugal, se comparado com os outros países da Europa, sobretudo os da Europa do Norte. Não vamos aqui discorrer sobre as eventuais razões de carácter histórico, económico e político que podem contribuir para a explicação deste fenómeno, mas tão-somente tentar caracterizar em traços largos a situação em cada um dos dois domínios apontados.

60

Em relação ao domínio da intervenção socioeducativa⁹ recorde-se que, à excepção de alguns períodos (a Primeira República e o Post-25 de Abril de 1974, por exemplo) a capacidade de intervenção da sociedade civil foi muito limitada, designadamente ao nível da liberdade de expressão, de reunião e de associação. Recorde-se que o movimento associativo popular, as associações de operários, as federações e uniões de sindicatos, etc., sobretudo nos grandes centros urbanos, promoveram desde os finais do século XIX e durante a Primeira República, diversas actividades no domínio da educação de adultos (**lato senso**) — organização de bibliotecas, criação de grupos dramáticos, promoção de palestras, acções de alfabetização, cursos diversos, e até acções em colaboração com a Universidade Popular, através das suas secções sindicais. Durante a República, a criação de inúmeras sociedades de instrução e recreio, muitas das quais ainda hoje activas, e a peculiar luta contra o analfabetismo empreendida pelo regime republicano, favorece-

ram a multiplicação das bibliotecas populares, das aulas de leitura e aulas nocturnas, e de outros instrumentos de educação popular, o «divino sol» que redimira os homens e que lutaria contra a «Treva, o Erro e o Mal».

Contudo, a partir de 1926, e talvez sobretudo a partir de 1933 (data da Constituição Política do Estado Novo), as iniciativas associativas e de educação popular iriam ser sujeitas a fortes restrições. Em Março de 1927 são dissolvidos os centros políticos e as associações que tinham participado no Movimento de Fevereiro; em Abril de 1933 é regulamentado o direito de reunião; em Março de 1935 são dissolvidas várias associações consideradas secretas...

Entretanto, o regime apostava na fórmula corporativa e eram criadas as casas do povo (1933) e as casas dos pescadores (1937), consideradas organismos corporativos primários, promotores de assistência e enformadores de uma intervenção política e social afecta ao regime, de uma participação de tipo orgânico.

O corporativismo português, que tem sido caracterizado como um «corporativismo de Estado» e não como um «corporativismo de Associação» (que era o apontado como objectivo do Estado Novo), foi sempre conduzido e impulsionado pelo poder central sem que os cidadãos tenham autonomamente assumido iniciativas próprias de substância, o que de resto caracterizou outras iniciativas do regime, como por exemplo os centros de recreio da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

No domínio da formação escolar dos adultos o panorama não terá sido muito diferente, mas aqui o controlo do Estado fazia-se sentir de forma mais forte.

Recorde-se que por volta de 1930 cerca de 70% da população portuguesa era constituída por analfabetos e que, na sequência da Reforma de Carneiro Pacheco, tanto a Assembleia Nacional como a Câmara Corporativa viriam a produzir discursos em que avultava a questão — «Deve-se ensinar o povo a ler?»¹⁰ O próprio Salazar considerava mais urgente a criação de elites qualificadas do que a alfabetização das massas, as quais uma vez alfabetizadas iriam ler o quê?

Mais tarde, o Plano de Educação Popular (1952) e a Campanha Nacional de Educação de Adultos viriam a ser concebidas e realizadas basicamente através do mesmo padrão centralista, designadamente através de um modelo tipicamente escolar e escolarizante.

Com o 25 de Abril de 1974 abrem-se novas perspectivas e sobretudo dá-se uma explosão a nível da intervenção da sociedade

civil.

No domínio da intervenção socioeducativa assiste-se à emergência de um movimento associativo popular que, através de associações populares, comissões de moradores, associações de educação popular e outras organizações e grupos de base, realizam múltiplas actividades mobilizando largos sectores das populações e assumindo características típicas de mobilização de massas e formas de democracia directa.

As inovações e as mudanças introduzidas são geralmente da iniciativa dos grupos e das organizações mais activas, enquanto que o poder (em construção) só muito dificilmente consegue acompanhar o acelerado ritmo de mudança social e enquadrar normativamente tantas iniciativas.

Este processo, sobretudo típico do segundo semestre de 1974 e de 1975 e início de 1976, viria progressivamente a dar lugar a um processo de normalização, de reorganização e de reordenamento do espaço educativo, associativo e cultural. Pode mesmo falar-se na reconstrução do paradigma da centralização, embora seja inequívoca a abertura de novos espaços de intervenção social e educativa a nível de base, hoje consubstanciadas em diversas organizações, actividades e projectos comunitários com carácter inovador. A introdução da democracia representativa, a formalização dos processos democráticos, a ritualização das eleições e do voto (muitas vezes reduzidos a formas mínimas de participação), fizeram-se contudo sentir, de tal forma que o novo contexto social e político se, por um lado, consagrou normativamente a intervenção socioeducativa como domínio relevante, por outro lado tem frequentemente sido incapaz de favorecer, apoiar e organizar o desenvolvimento participado dessas iniciativas.

62

No domínio da formação escolar dos adultos, e até das políticas gerais de Educação de Adultos, importantes passos foram dados, mas muitos dos objectivos consagrados têm vindo a demonstrar-se incongruentes com as estruturas organizacionais e administrativas vigentes que não acompanham o mesmo processo de mudança.

A título de exemplo citaremos somente dois casos que nos parecem significativos.

O Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA), que data de 1979, constitui um instrumento de orientação relevante e de reconhecida qualidade, e abre, talvez pela primeira vez, importantes precedentes no domínio da descentralização e da participação ao nível da Educação de Adultos¹¹. Mas as

condições estruturais que o próprio PNAEBA prevê para a sua implementação só muito raramente forma criadas, pelo que mais uma vez os constrangimentos de carácter político-administrativo e organizacional se têm feito sentir, impedindo a realização de muitas orientações e metas ali traçadas. Assim, por exemplo, a criação de um Instituto Nacional de Educação de Adultos, uma das medidas mais relevantes propostas, continua por realizar.

Também em relação aos modelos de gestão integrada de projectos de desenvolvimento se têm colocado vários problemas¹². A ideia de que a acumulação de actividades dispersas e fragmentadas deve ser substituída pela organização de projectos integrados de desenvolvimento, devidamente coordenados e articulados, assumindo um carácter experimental e inovador, e assegurando a participação de autarquias, associações, serviços, etc., é sem dúvida uma inovação.

Contudo, novamente podemos deparar com os constrangimentos típicos de uma administração burocrática centralizada. A integração surge como uma palavra mágica, por vezes assumida ao nível do discurso político, mas raramente consagrada em termos das necessárias estruturas organizacionais e administrativas capazes de efectivamente a promoverem e realizarem. Assim a integração assume-se mais como um mito do que como uma realidade, havendo que perguntar se tal integração é possível nas actuais circunstâncias e, se sim, em que grau é que é possível. É que o paradigma dominante na administração pública portuguesa é contrário à ideia de integração — a centralização (quer seja nas modalidades concentrada ou desconcentrada), a uniformidade e a fragmentação são incongruentes com uma gestão integrada de projectos de desenvolvimento a nível regional e local.

Em síntese podemos afirmar que também na Educação de Adultos, quer seja no domínio da intervenção socioeducativa, quer seja no domínio da formação escolar dos adultos (e sobretudo nesta), o que impera é um Estado centralista e intervencionista que promove inovações e mudanças de tipo burocrático, por decreto. Com efeito, este paradigma de inovação é o mais congruente com a nossa administração pública, garante a uniformidade das soluções, encoraja a não participação e contribui para a concentração de um verdadeiro grupo de inovadores burocráticos, profissionais, qual oligarquia separada dos interesses e alheia às necessidades diversificadas dos indivíduos, dos grupos e das comunidades.

Acresce a esta situação o facto de a Educação de Adultos não

ser considerada uma prioridade a nível político, donde apesar de tudo relevam situações contraditórias. Se por um lado a Educação de Adultos sofre da míngua de recursos, da falta de apoio à investigação e à formação, da instabilidade dos seus agentes (e recorde-se que já em 1979 o PNAEBA apontava o recurso intensivo a professores como uma «solução conjuntural»), da não criação do Instituto Nacional de Educação de Adultos, e da não integração da Educação de Adultos numa estratégia de desenvolvimento do país, por outro lado, a própria circunstância de continuar a constituir um domínio considerado menos estratégico, um domínio secundário, tem-no apesar de tudo feito escapar a um controlo burocrático tão intenso como o que caracteriza outros domínios do sistema educativo considerados mais nobres. E isto é verdade sobretudo ao nível da intervenção socioeducativa, onde a falta de apetência do poder central tem sido muitas vezes substituída pela iniciativa local comunitária.

Em todo o caso, face à filosofia de base da Educação de Adultos hoje internacionalmente consagrada e reconhecida, e às estratégias participativas que se pretendem paradigmáticas neste domínio, talvez não haja orientação mais incongruente do que aquela que é assumida pela inovação burocrática.

3. Reforma Inovadora ou Estratégia de Mudança?

64

No contexto de uma administração centralizada não são raras as reformas mais ou menos inovadoras. Talvez se possa mesmo afirmar que elas são privilegiadas por tal contexto, já que em sistemas descentralizados são menos frequentes e menos extensivas as grandes reformas de política educativa. Traçado um quadro global nacional, de orientação, as mudanças introduzidas são muito mais suscitadas pelas circunstâncias regionais, sendo mais rara a pretensão de introduzir mudanças de grande escala, uniformes para todo o país.

Em Portugal, não será portanto de estranhar o número relativamente elevado de reformas e o número daqueles que continuam a reclamam. Socializadas na centralização, tendemos a pensar que a urgente resolução dos nossos problemas está predominantemente dependente de medidas legislativas de grande alcance, as reformas, as leis de bases, os estatutos, etc. Porém, uma vez consagrados os princípios normativos almejados, não tarda que muitos dos que anteriormente os reclamavam passem a opor-se-

-lhes energicamente, sendo suficientemente criativos e engenhosos para construir múltiplas formas de resistência.

Tradicionalmente, as grandes reformas de inspiração pombalina ou napoleónica são concebidas centralmente. Constituem geralmente grandes monumentos de rigor e de organização jurídica, tudo ou quase tudo prevêm e englobam, quase nada deixando ao acaso ou para decisão de outrém e, é justo afirmá-lo, apresentam sempre preâmbulos ou introduções de grande interesse onde são expostos os princípios, a doutrina e os grandes objectivos — as bases da sua própria legitimação.

Também não é raro que tais reformas se assumam como realmente avançadas e inovadoras. Quase sempre preparadas por elites qualificadas, em muitos casos avançadas em relação aos padrões vigentes, não é por falta de ideias (em quantidade e em qualidade) que os insucessos de implementação acabam por emergir. O problema reside no processo de concepção e na falta de articulação que mantêm com o domínio da execução. As diádes concepção/execução e superiores/subordinados constituem uma chave importante para a compreensão das características e das dificuldades deste tipo de reformas. Com efeito, entre a concepção e a execução, entre a ideia original e a realização dessa ideia, pode ir uma enorme distância. Só que o centralismo e o normativismo excessivo tendem a ignorar as diferenças entre a realidade de direito e a realidade de facto, entre as estruturas formais e as estruturas informais, parecendo fazer acto de fé na crença de que a realidade é passível de mudança simplesmente por decreto. Assim, o esquema ideal seria de tipo mecanicista, ou do tipo reflexo — a uma mudança legislativa corresponderia directa e imediatamente uma mudança da realidade social; a um processo brilhante de concepção, uma execução à altura; à vontade dos superiores, a obediência dos subordinados e o respectivo desempenho em conformidade.

Parte-se do pressuposto de que o interesse público comum, a qualidade das soluções propostas, a superioridade técnica e racional, e até a legitimidade das elites, serão suficientes para assegurar um nível de conformidade e de aceitação. Os subordinados, todos aqueles que se situam nas periferias, nas unidades elementares do sistema, são percebidos predominantemente como objectos, no mínimo como sujeitos passivos, cuja participação será indispensável, mas somente no domínio da execução.

O quadro traçado é, evidentemente, um quadro teórico, um

modelo esboçado a traços largos. Não ignoramos que, nos últimos anos, este modelo não tem visto facilitada a sua intervenção, sobretudo devido às novas concepções de democratização da administração, direcção participada, gestão socialmente responsável e responsabilizante, negociação sindical, etc. Contudo, este modelo é versátil, adapta-se facilmente aos novos contextos políticos, e uma das estratégias que tem utilizado é a de se colocar a si próprio em situação de crítica, evidenciando publicamente desejos de mudança. De resto, a própria administração pública, através dos seus altos funcionários e, sobretudo, através dos seus responsáveis políticos, lamenta-se dos seus constrangimentos burocráticos que a impedem de criar novos padrões administrativos. As culpas são atribuídas à história (remota e/ou recente) e tanto cidadãos como responsáveis políticos e administrativos acabam por surgir como vítimas de um sistema aparentemente impiedoso e mesmo supra-humano. Neste sentido, o actual sistema não serviria a ninguém, o que estará longe de poder ser verdade, pelo menos numa lógica burocrática e de poder.

66 Acontece que, após a aprovação da Lei de Base do Sistema Educativo em 1986, e em pleno movimento de reforma, através dos trabalhos no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, cremos ser oportuno considerar criticamente esta situação e decidir se se pretende consagrar mais uma reforma, eventualmente inovadora mas que mais ou menos acabará por se inspirar nos padrões aqui analisados, ou se, mais do que uma reforma, se pretende a construção de uma estratégia de mudança.

Uma estratégia de mudança não se inicia, nem sequer culmina, com a aprovação de grandes monumentos legislativos. Exige processos mais lentos, menos formalizados e, por vezes, menos visíveis em termos públicos imediatos. O seu ponto de partida é diferente do das grandes reformas, quer estas sejam mais, ou menos, participadas socialmente; ela parte de um exame crítico da situação vigente (em rigor, das diversas situações existentes), da tentativa da sua compreensão e explicação e, principalmente, da capacidade de considerar a racionalidade e os pontos de vista próprios dos actores envolvidos na base do sistema. E isto porque não é a lei que prioritariamente se quer alterar, mas sim os comportamentos dos actores. Ora os comportamentos, as atitudes e os padrões de actuação não são passíveis de mudança simplesmente por via legislativa¹³. Exigem geralmente a compreensão de diversificadas circunstâncias e situações institucionais, geográficas, culturais, profissionais,

etc., e requerem a participação empenhada de todos os directamente implicados no processo. Uma estratégia de mudança também não poderá assumir o paradigma normativo-taylorista, do tipo «one best way», uma solução óptima, uniforme, para todos, para todos os lugares e para todas as circunstâncias, por mais diferentes que elas sejam. Antes assume uma perspectiva heurística, mesmo experimental, que poderá ou, não, vir mais tarde a ser generalizada.

Do nosso ponto de vista não se realiza efectivamente uma reforma sem uma estratégia de mudança. Esta pode mesmo existir sem aquela. Mas se se pretende consagrar a primeira, haverá talvez que começar pela segunda ou, no mínimo, considerar as duas de forma integrada.

4. Resistências à Mudança

Seria ingenuidade acreditar que uma reforma e/ou uma estratégia de mudança são realizáveis à margem de conflitos e resistências. O problema fundamental não reside pois em ser capaz de evitar os conflitos, que mesmo a mera manutenção do **statu quo** não consegue alcançar, mas sim em possuir as capacidades e os meios para os gerir democraticamente, alcançando sempre que possível consensos alargados.

Todos os profissionais são mais ou menos resistentes à mudança, e os professores e educadores não constituem excepção. O geralmente longo processo de socialização a que são submetidos num determinado modelo, garante da sua adaptação e integração no sistema, virá a tornar mais difícil a sua capacidade de adaptação a novas situações, trará custos de adaptação, dificultará a adopção de novos comportamentos e gerará receios e oposições. Os actores procurarão então explorar ao máximo as suas margens de autonomia e as suas capacidades de oposição e resistência para se oporem às tentativas de introdução de novas regras de jogo. Assim procurarão diminuir ao máximo o impacto dos aspectos que consideram indesejáveis, atacando os seus pontos mais vulneráveis e as suas eventuais incongruências.

Por reduzida que aparentemente seja a oposição dos profissionais, ela poderá ser suficiente para, mesmo de forma subtil e sem grandes movimentações de protesto, vir a liquidar a introdução de mudanças. Por isso qualquer processo de inovação demasiado centrado sobre ele próprio, alheio a pontos de vista diversos, e não participado, pode ser mais tarde colhido de surpresa perante resis-

tências que antes nunca se tinha imaginado.

É certo que, embora não exclusivas, as resistências tendem a ser mais típicas nos sistemas centralizados, já que aqui a introdução de mudanças se realiza geralmente à margem de processos participativos e nas suas propostas raramente se contemplam medidas que não sejam uniformes e universais.

Em relação a um processo de mudança podemos teoricamente considerar três tipos de comportamentos principais. Desde logo comportamentos de participação activa, convergentes em relação ao sentido das mudanças. Em alguns casos podendo mesmo funcionar como aceleradores da mudança.

Em segundo lugar comportamentos de passividade, mais ou menos calculistas e expectantes, que muitas vezes parecem aguardar e ganhar tempo para virem a evoluir num ou noutro sentido.

Finalmente, comportamentos do tipo travão, de oposição e resistência. É claro que a resistência à mudança não é um fenómeno que, só por si, possa ser considerado positivo ou negativo, embora este último seja o sentido dominante na literatura sobre inovação e mudança. Tudo dependerá, evidentemente, do ponto de vista adoptado. A simples mudança não garante que se mude para melhor, embora as expectativas sociais adoptem muitas vezes essa perspectiva. Na verdade pode promover-se a mudança para pior, ou mesmo para que, no essencial, tudo permaneça como estava. Os juízos de valor, sempre omnipresentes nestas questões, complicam o esclarecimento desta problemática, pelo que devem ser considerados com uma certa clareza. Por exemplo os comportamentos de travão têm assumido grande importância em circunstâncias em que as mudanças propostas ou impostas assumiam (ou mais tarde se demonstrava que assumiam) contornos considerados socialmente indesejáveis, ou mesmo ilegítimos. Já no caso de mudanças consideradas estratégicas e aprovadas ou reclamadas maioritariamente pela sociedade democrática, as resistências são qualificadas como formas de boicote ou de contestação política.

É no entanto indispensável considerar também o ponto de vista (maioritário ou minoritário) dos actores resistentes, verificando por exemplo, se os seus comportamentos relevam de um estatuto de agentes empenhados na melhoria do sistema, ou de uma perspectiva de simples espectadores interessados em não se comprometerem, para poderem continuar a opôr-se «de fora», como se não pertencessem ao sistema, escolhendo o estatuto de vítimas e elegendo o sistema como bode expiatório de todos os males.

No primeiro caso pode transitar-se com mais facilidade da resistência para a negociação, enquanto que no segundo caso a resistência acaba por conduzir a bloqueamentos e a impasses, dificultando as tentativas de negociação.

Ainda no primeiro caso haverá que considerar diferentes formas de participação. A participação ao nível da informação, como forma de realizar o direito de ser ouvido e de ser informado, é substancialmente distinta da participação ao nível da decisão. A participação na informação pode ser reduzida a um tipo de participação-presença, ao passo que a participação na decisão é muito mais uma forma de participação-expressão. Assim se pode falar de participação na inovação, por um lado, e de inovação participativa, por outro¹⁴.

Embora não sejam inconciliáveis, é a inovação de tipo participativo que nos parece ser a mais congruente com os objectivos e as metodologias da Educação de Adultos.

5. Inovação e Participação: algumas linhas gerais para uma estratégia de mudança em Educação de Adultos

A Educação de Adultos não poderá continuar a ser dominada pela necessidade de dar resposta educativa aos jovens em idade escolar que o sistema escolar «rejeita». Ou o próprio sistema escolar assume as suas responsabilidades, designadamente ao nível da escolaridade obrigatória, sendo capaz de promover o sucesso educativo e escolar dos alunos, evitar reprovações em massa e abandonos, ou então a Educação de Adultos continuará a ver reduzido o seu campo de intervenção e esgotados os seus recursos financeiros, sem que outras áreas possam ser minimamente consideradas (intervenção socioeducativa, formação cultural e cívica, desenvolvimento de projectos, reciclagens e reconversão profissional, etc.). Isto não significa que a Educação de Adultos não mantenha responsabilidades no domínio do progresso escolar dos adultos, mas sim que estas devem predominantemente ser assumidas, em moldes específicos, pela escola, embora de forma integrada com o domínio da Educação de Adultos que sobretudo deve assegurar o respeito pelas metodologias adequadas à educação da população adulta.

O campo de intervenção da Educação de Adultos necessita de ser alargado e diversificado, bem como integrado nas estratégias de desenvolvimento do país. Não se trata de defender qualquer ilusão de tipo desenvolvimentalista, mas de assumir que perante

novas dinâmicas emergentes na sociedade portuguesa a nível social, económico, político, cultural, etc., à Educação de Adultos cabe um papel estratégico que só por miopia política pode deixar de ser consagrado.

A descentralização política e administrativa do país, consagrada na Constituição da República e, no domínio da educação, também na Lei de Bases do Sistema Educativo, constitui uma realização prioritária¹⁵. Sem uma efectiva regionalização do país cada vez se tornará mais difícil uma intervenção integrada e coordenada ao nível da Educação de Adultos. Com efeito, muito mais incentivar a promoção educativa dos adultos através de múltiplas formas e pela acção de instituições, associações e entidades variadas.

Uma vez definida uma política nacional, global, que seja aberta e flexível, o sistema deve ser construído de baixo para cima, e por isso se insiste mais na ideia de uma estratégia de mudança, do que na ideia de reforma propriamente dita. Ora tal só poderá ser possível se tal política vier a ser definida através da consideração da diversidade, abrindo espaços de inovação e de intervenção, atendendo a necessidades individuais e sociais e a circunstâncias específicas do ponto de vista geográfico, cultural, económico, etc. Assim, o processo só poderá ser de tipo dialéctico — a política enquadra e orienta, em geral, a concepção, organização e execução dos programas educativos, e estes, por sua vez, condicionam e influenciam os parâmetros de decisão política.

70

Será portanto necessário promover processos de concepção socialmente participados, adequados à diversidade de situações e abertos à cooperação com as mais diversas instituições interessadas. Por isso parecerá mais importante investir em programas regionais e locais do que em grandes campanhas de âmbito nacional, favorecer experiências, pequenos projectos, apoiar iniciativas autónomas, etc.

Haverá que clarificar as áreas de intervenção da administração central, regional e local¹⁶ e mesmo das instituições e organismos locais não estatais. A cada nível de intervenção devem corresponder atribuições e competências específicas, formas de organizações diversas, capacidades financeiras adequadas. A administração central não poderá continuar a tudo controlar, antes lhe cabendo apoiar, coordenar, acompanhar e avaliar os programas que financia ou co-financia, promover a formação dos seus agentes próprios, etc.

No domínio do financiamento haverá que diversificar as suas

fontes, criar condições para a comparticipação das instituições regionais e locais, dar prioridade à promoção de projectos que se integrem no âmbito das prioridades definidas, estabilizar apoios, favorecer mais projectos e menos actividades isoladas.

De forma congruente, também os agentes educativos devem ser diversificados, embora seja indispensável a criação de um quadro de agentes específicos permanentes, pertencentes à administração central e, sobretudo, à administração regional e local. A sua formação, o seu recrutamento, a selecção de perfis adequados, as suas áreas e os seus estilos de intervenção não poderão deixar de se adequar ao nível organizacional e administrativo em que tais agentes se irão situar, nem à especificidade das realidades regionais e locais em que intervirão.

Trata-se, em suma, de dotar os organismos regionais e locais de maior autonomia exigindo-lhes, em contrapartida, uma maior responsabilidade social e uma efectiva prestação de contas.

Quaisquer que venham a ser as soluções concretas adoptadas, elas dificilmente poderão ser consagradas de forma rígida, burocrática e centralista. Tanto as soluções a adoptar, como o estilo que vier a ser utilizado no processo da sua concepção e posterior execução, não deixarão de afectar as motivações dos actores envolvidos, a sua capacidade de participação activa e empenhada, a busca de soluções inovadoras e a mudança de comportamentos e atitudes em relação à Educação de Adultos.

Insistir nos paradigmas dominantes atrás caracterizados será, no mínimo, voltar a perder uma excelente oportunidade histórica para desenvolver e melhorar as práticas de Educação de Adultos no nosso país.

NOTAS

- 1 — Este artigo constitui a versão integral de um texto que o autor apresentou ao Grupo de Trabalho para a Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos, no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, e que aquele grupo considerou no seu Relatório Final, sobretudo na rubrica «Condições Gerais para uma Estratégia de Mudança em Educação de Adultos». Cf. Ministério da Educação/C.R.S.E. *Documentos Preparatórios III*. Lisboa, 1988, pp. 55-65.
- 2 — Cf. Licínio C. Lima, «Dos Liceus às Escolas Secundárias — Constantes e Inovações de Percurso», in *Tellus* (5.º Encontro de Formação de Professores, Vila Real), 1984, pp. 45-65.
- 3 — Sobre a não implementação de reformas educativas é muito esclarecedor o trabalho de Vasco Pulido Valente. *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, G.I.S., Lisboa, 1973.
- 4 — Cf. Licínio C. Lima, «O Decreto-Lei e a Inovação Educacional em Portugal», Universidade do Minho, Braga, 1985, (polic.).
- 5 — Para uma aplicação dos conceitos de centralização, descentralização e desconcentração ao sistema educativo, cf. João Formosinho, *Modelos de Gestão da Educação Escolar — Modelos Centralizados e Modelos Descentralizados*, Área de Análise Social e Organizacional de Educação, Universidade do Minho, Braga, 1983 (polic.).
- 6 — Frederick Winslow Taylor, *Princípios de Administração Científica*, Editora Atlas S.A., São Paulo, 7.ª ed. [trad. port.].
- 7 — Servimo-nos aqui do conceito de «racionalidade limitada» apresentado em J. G. March e H. A. Simon, *Les Organisations*, Dunod, 1981 [trad. port.].
- 8 — Cf. Michel Crozier, *The Bureaucratic Phenomenon*, The University of Chicago Press, Chicago, 1964 [trad. ingl.], p. 201.
- 9 — Para uma caracterização do domínio da intervenção socioeducativa cf. Alberto Melo, *Adult Education in Portugal*, European Centre for Leisure and Education, Prague, 1983; Licínio C. Lima, *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*, Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo, 1986.
- 10 — Cf. Maria Filomena Mónica, «Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1962-39)», in *Análise Social*, 50 (1977), pp. 321-353.
- 11 — Ministério da Educação / Gabinete de Estudos e Planeamento, *Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos — Relatório de Síntese*, Lisboa, 1979.
- 12 — Para uma caracterização dos modelos de projecto em Educação de Adultos cf. Licínio C. Lima, «Organização e Administração de Projectos de Investigação e Desenvolvimento em Educação de Adultos», in *Forum*, n.º 2 (1987), pp. 37-56.

- 13 — Veja-se, a este propósito, a obra de Michel Crozier, *On ne change pas la société par décret*, Bernard Grasset, Paris, 1979.
- 14 — Sobre os conceitos de participação e sua aplicação à educação, cf. Licínio C. Lima, *Participação Discente na Gestão das Escolas*, (em publicação por Livros Horizonte).
- 15 — Sobre a problemática da regionalização e da descentralização cf. Manuel Lucas Estêvão, «Os Factores Regionais e a Problemática da Educação: Reforma Educativa e Descentralização», in INCM/IED, *Conferência Sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1982, p. 117-146.
- 16 — A este propósito cf. a proposta apresentada por A. Sousa Fernandes, *A Distribuição de Competências Entre a Administração Central, Regional, Local e Institucional da Educação Escolar Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo*, Universidade do Minho, Braga, 1987 (polic.).



DUME: A DEVOLUÇÃO DO TÚMULO DO BISPO S. MARTINHO, A AMPLIAÇÃO DA IGREJA PAROQUIAL E O SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO

LUÍS F. DE O. FONTES
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA

1. O achado de ruínas arqueológicas no subsolo da Capela de Nossa Senhora do Rosário¹, na freguesia de Dume, e a pretensão das entidades locais de fazer obras de ampliação na Igreja Paroquial², localizada junto à primeira, levaram os seus responsáveis a solicitar, em 1986, a intervenção da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, no sentido de ser averiguada a importância arqueológica do sítio.

A bem conhecida riqueza arqueológica de Dume³ e a já antiga, mas saudável reivindicação da devolução do túmulo do Bispo S. Martinho⁴, conferiram a essas solicitações um enquadramento mais complexo. Exigia-se, conseqüentemente, uma resposta mais elaborada, que como adiante mostraremos teve que ultrapassar o procedimento usual neste tipo de intervenções.

A este propósito, aliás, será interessante referir, que a generalização destas solicitações parece corresponder a uma efectiva consciência pública do significado e importância do património cultural em geral, e do património arqueológico em particular.

Não caberá aqui fazer uma análise dos factores e expressões dessa consciencialização⁵, mas não deixa de ser pertinente assinalar o interesse e entusiasmo, a prudência e o empenhamento que, cada vez mais, acompanham a abordagem destes assuntos⁶. Sinais positivos, sem dúvida, mas cuja concretização e desenvolvimento só serão possíveis se houver a correspondente criação de estrutu-



Capela de N. Sr.ª do Rosário onde se prevê a instalação do túmulo de S. Martinho e montagem do núcleo arqueológico

ras específicas e devidamente dimensionadas, capazes de explorar todo o potencial existente. E às autarquias caberá, também, um papel fundamental no apoio a essa concretização e desenvolvimento.

A complexidade da intervenção em Dume resultava, sobretudo, de duas ordens de factores: uma respeitante a questões de salvaguarda e protecção; a outra mais relacionada com aspectos de aproveitamento e estudo de vestígios arqueológicos.

A primeira articulava-se com o facto das obras previstas, quer para a Capela de Nossa Senhora do Rosário, quer para a Igreja Paroquial e adro envolvente, implicarem remeximentos do subsolo, o que constituía uma séria ameaça à preservação e estudo futuro de importantes vestígios arqueológicos da época romana e alto-medieval. Inúmeros achados e referências documentais indicavam-nos para o local (ver nota 3), e foram confirmados pelo achado de ruínas no subsolo da Capela (ver nota 1).

A segunda ordem de factores relacionava-se com o processo de devolução do túmulo do Bispo S. Martinho à freguesia⁷, na sequência do qual se havia considerado que o mais adequado seria fazer a sua instalação no quadro de um pequeno núcleo museológico, alusivo à época do ilustre prelado Dumiense. O local seria exactamente a Capela de Nossa Senhora do Rosário, para o qual se projectaram obras de restauro e adaptação⁸, a fim de reunir as condições necessárias para o efeito.

2. Face à convergência de interesses vários, consubstanciados no apoio e acordo manifestados pelas diversas entidades envolvidas⁹, o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, em colaboração com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, promoveu a realização de escavações arqueológicas de emergência, inserindo-as num programa de intervenção orientado sob a tripla perspectiva do Salvamento, Investigação e Divulgação.

A contemplação dos factores condicionantes anteriormente referidos passava, necessariamente, pelo desenvolvimento de um projecto integrado que ultrapassasse o mero nível de salvamento de urgência e visasse também o estudo histórico-arqueológico do local. Conseguir-se-ia assim, fornecer à criação do núcleo museológico os elementos necessários à sua transformação em fonte de conhecimento.

A primeira fase deste projecto teve o seu início em 1987, com a criação, em Dume, de um pequeno campo arqueológico, cuja actividade se desenvolveu nas áreas de escavação, recolha, tratamento primário do espólio e armazenamento, e prospecção e inventário arqueológico da freguesia¹⁰.

3. A primeira campanha de escavações decorreu de Fevereiro a Dezembro de 1987, incidindo nas áreas ameaçadas por obras já em curso, caso do interior da Capela de Nossa Senhora do Rosário, e em áreas cuja ameaça se manifestava a curto prazo, caso do adro a Sul da Igreja Paroquial.

Os objectivos da escavação, condicionados pelo carácter de salvamento de que a intervenção se revestia, orientaram-se sobretudo para a confirmação, ou infirmação da existência de vestígios arqueológicos, avaliação da sua importância e extensão e, complementarmente, para a apreensão da sequência ocupacional do sítio.

Os resultados obtidos nesta primeira campanha ultrapassaram as expectativas iniciais, justificando pois a sua divulgação, ainda que de um modo necessariamente sucinto e sem prejuízo de uma futura análise, mais ampla e pormenorizada.

Assim, e com base nas características dos enchimentos estratigráficos, das estruturas e do espólio exumado, permitimo-nos formular, embora com carácter hipotético, algumas interpretações.

As estruturas detectadas, representadas nas Figuras 13 e 14, correspondem a construções formais e cronologicamente distintas. Podem agrupar-se em dois conjuntos: o do Sector A, formado pelos



Túmulo do Bispo S.
Martinho de Dume.
Painel frontal



78

Figura atrás de
altar; pormenor do
painel frontal

vestígios da primitiva igreja de Dume, seu alargamento e construções complementares; o do Sector B, constituído pelos vestígios de uma **villa** romana e da sua adaptação a mosteiro (?).

A articulação espacial entre os dois conjuntos ainda não pode ser concretamente definida, devido à exiguidade da área escavada. Porém, podem avançar-se algumas considerações sobre as características das construções e sobre a sequência ocupacional registada.

Os vestígios mais antigos, definidos no Sector A por um recorte na arena granítica que interpretamos como a vala de fundação de um muro, e no Sector B pela sala pavimentada com **opus signinum** e respectivas paredes Norte e Sul, surgiram associados a enchimentos que ofereceram espólio cerâmico de fabrico exclusivamente romano, nomeadamente *Sigillata Hispânica*. Com base nestes elementos podemos situar esta ocupação nos séculos I, II d.C.

Este conjunto de estruturas deverá corresponder aos vestígios de uma **villa** romana, que numa fase posterior conheceu uma reutilização/adaptação. Essa reutilização/adaptação é revelada pelas novas paredes e pavimentos cuja construção, embora mantendo a mesma estruturação de base, definiu novos espaços.

A sequência estratigráfica registada permite situar esta reutilização/adaptação num momento contemporâneo da construção da primitiva igreja de Dume, a que parece corresponder uma das estruturas detectadas no Sector A. Afigura-se assim plausível que o célebre Mosteiro de Dume tenha sido construído aproveitando a **villa** romana pré-existente¹¹.

A antiga igreja é definida por um troço da ábside Sul, cuja largura de parede (cerca de 1,20 m) e técnica construtiva sugerem uma construção poderosa, correspondente sem dúvida a uma edificação imponente. Admitimos mesmo que seja o templo que o Bispo S. Martinho sagrou como sede de diocese cerca de 558, e cuja construção é expressamente referida em documento do último quartel do século VI¹².

A sua configuração, atendendo ao traçado do alargamento posterior, sugere-nos uma planta absidal tipologicamente enquadrável na arquitectura pré-românica, adentro do período vulgarmente designado «suevo-visigótico» (ALMEIDA 1962; CABALLERO ZOREDA 1987; SCHLUNK 1978).

O terceiro momento de ocupação é definido por um conjunto de estruturas e camadas correspondentes ao alargamento da primitiva igreja, no Sector A, e à redução das construções, no Sector B.

O alargamento traduziu-se na desmontagem parcial do edifício anterior, ao qual se adossou, pelo lado externo, uma nova parede. O antigo templo ficou completamente soterrado pela nova construção, cujo traçado parece ter sido determinado pelo pré-existente, conforme mostra o acoplamento das paredes na ábside Sul.

Relativamente à estruturação do espaço interior da igreja, não recolhemos elementos que nos permitam avançar qualquer consideração. Já no que concerne ao exterior do edifício, admitimos que

Tampa de cobertura
do túmulo do Bispo
S. Martinho de
Dume



80

Cristoaureolado, ins-
crito no medalhão;
pormenor da tampa



o lançamento dos contrafortes a partir do tampo da ábside Sul, bem como a construção da canalização e do poço/ cisterna (?) de recepção de águas, que consideramos contemporâneos, tenham implicado um novo ordenamento. Devido à pequena área escavada escapam-nos, porém, os contornos globais desse eventual novo ordenamento.

Factos históricos relatados pelas fontes escritas¹³, mais do que o espólio recolhido referenciável a esta fase de ocupação, sugerem-nos uma cronologia que se poderá situar entre finais do século IX e inícios do século XII, correspondendo, grosso modo, ao período da Reconquista Cristã.

No Sector B verificou-se uma redução do espaço construído, resultante do adossamento de novas paredes à face interna das estruturas mais antigas, e sobre os estratos de abandono das ocupações anteriores.

Embora o espólio cerâmico recolhido nas camadas associadas permita situar estas estruturas no mesmo momento ocupacional, verificamos que existe uma nítida diferença de qualidade construtiva entre as estruturas do Sector A e as do Sector B: bem alicerçadas e com um aparelho cuidado no primeiro; de construção fruste e irregular no segundo. Esta discrepância técnico-construtiva revela-nos uma distinção entre o edifício religioso e as construções próximas, não sendo possível, porém, definir a função correspondente a estas últimas.

O quarto momento de ocupação corresponde às primeiras perturbações estratigráficas resultantes da abertura de valas de saque de pedra, às repavimentações, construções de anexos e enterramentos tardios. As características deste conjunto de vestígios e do espólio recolhido nas camadas que com eles se articulavam, permitem-nos apontar para um período de ocupação tardo-medieval. A primitiva igreja estaria já arruinada e provavelmente soterrada.

Entre os séculos XVI e XVII ter-se-ão edificado a actual Igreja Paroquial¹⁴ e a Capela de Nossa Senhora do Rosário¹⁵. A sua construção aparece associada a profundos remeximentos estratigráficos, de maior amplitude no interior da capela devido aos enterramentos aí efectuados.



Aspectos das escavações no interior da capela

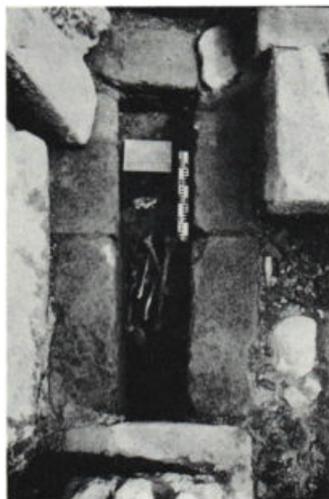
Pormenor de um fragmento no momento do achado



Entrada Oeste da ábside Sul. O degrau de acesso foi construído reutilizando fragmentos de mosaicos de características romanas



82



Pormenor do enchimento de uma sepultura no interior da ábside Sul. As suas características de implantação sugerem tratar-se de um enterramento tardio



Muro de tipologia romana descoberto no interior da capela

Muro também atribuível ao período romano, encontrado no interior da capela

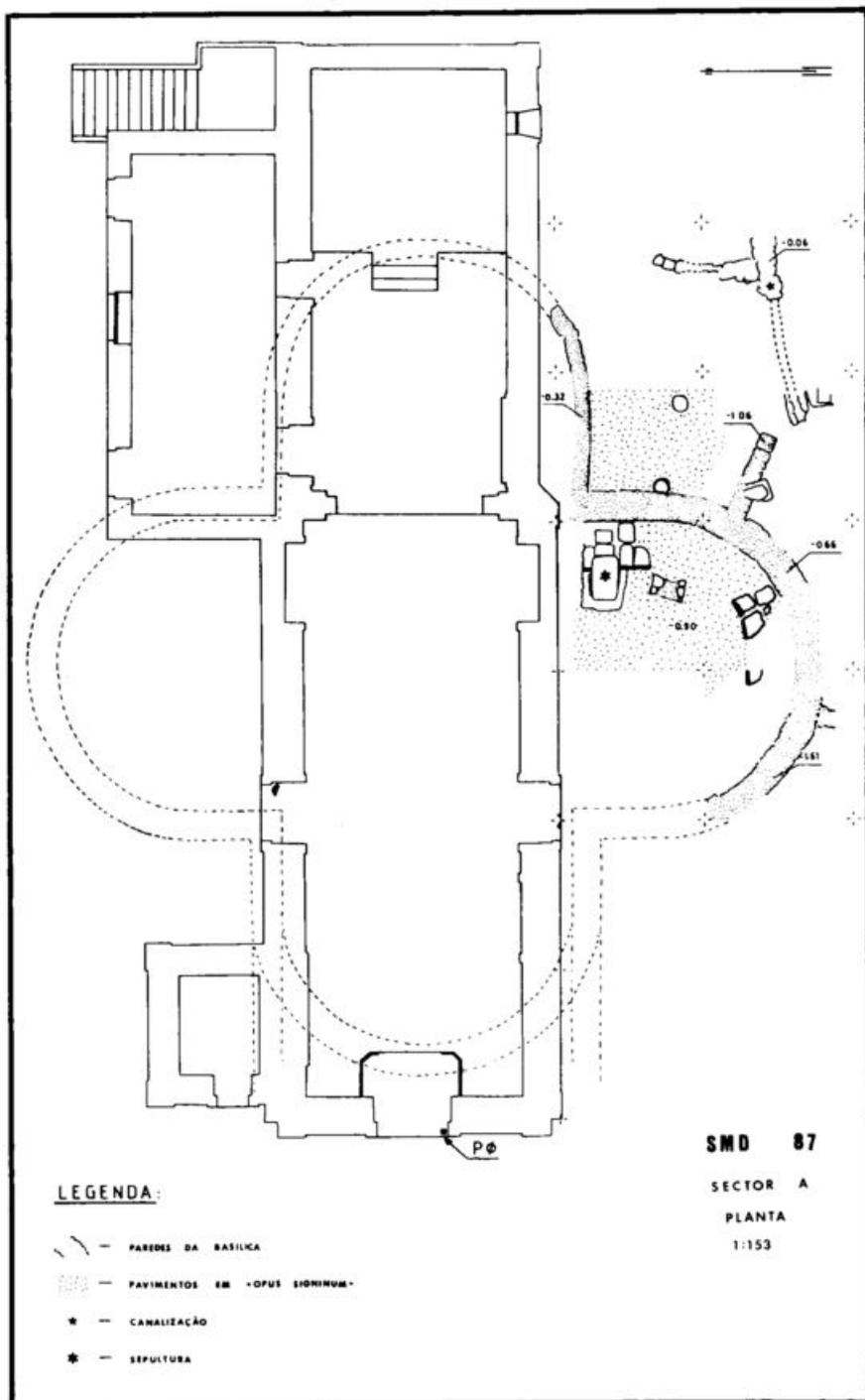


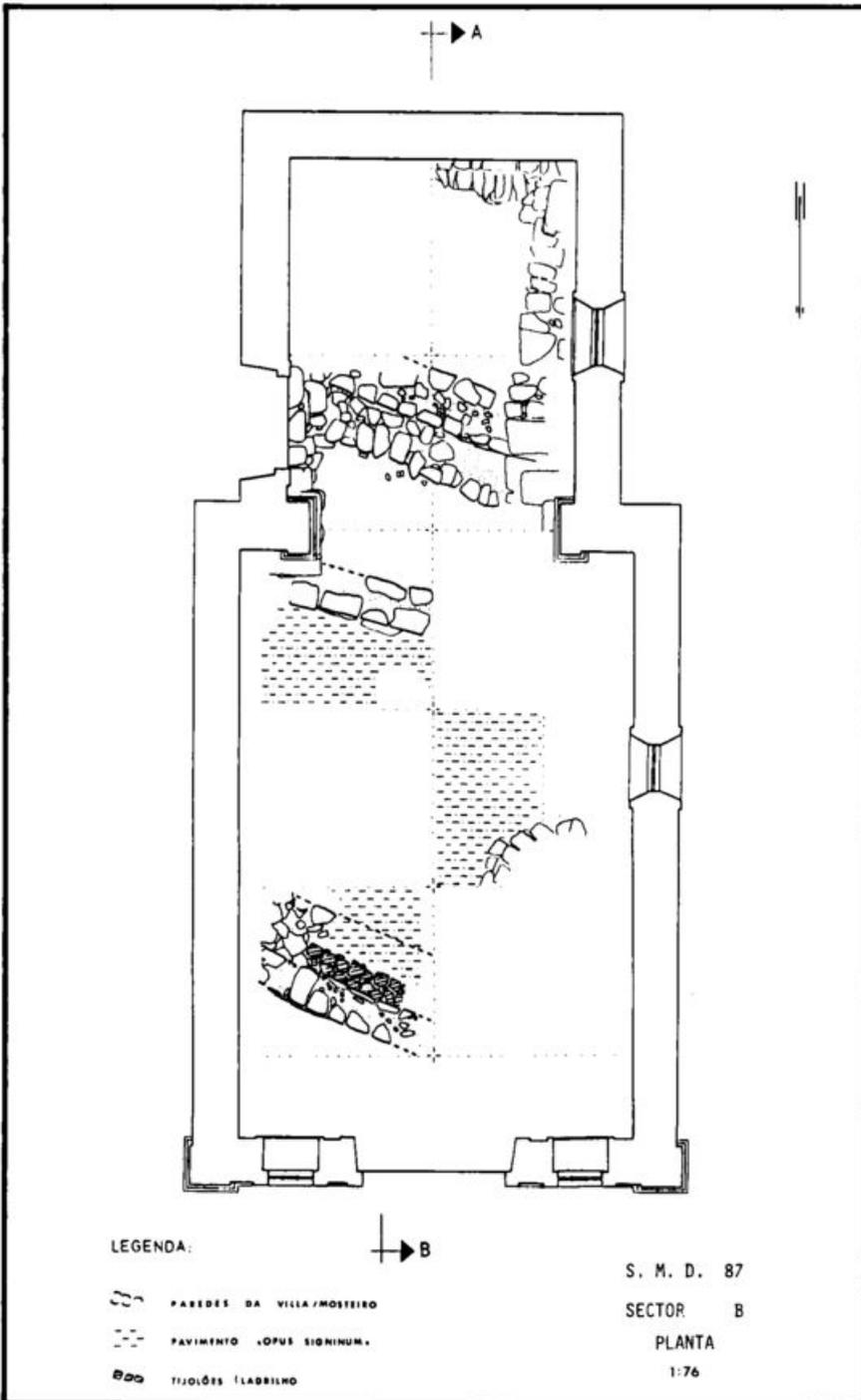
Pormenor do acoplamento das paredes na ábside Sul. A mais larga e a uma cota inferior corresponde à edificação do séc. VI



4. As escavações realizadas ofereceram abundante espólio cerâmico e revelaram uma sobreposição de estruturas bastante significativa, atestando uma ocupação que se estende do século I d.C. até aos nossos dias. Particular importância reveste a descoberta do que tudo indica ser a Igreja e Mosteiro alto-medievais de Dume.

Na sequência da confirmação do valor histórico, científico e cultural dos vestígios arqueológicos descobertos, da sua boa qualidade e mesmo alguma monumentalidade, tornou-se imperioso redimensionar os projectos arquitectónicos inicialmente previstos. Face ao interesse e vontade manifestados pelas entidades locais, as alterações aos projectos foram perspectivadas no sentido de enriquecerem os espaços em questão, através da integração e aproveitamento das ruínas¹⁶.





O processo de devolução do túmulo do Bispo S. Martinho de Dume, em que se enquadra a criação de um núcleo museológico, é indissociável do salvamento e estudo dos vestígios materiais da sua época — só através de escavações arqueológicas se tornará possível reconstituir o contexto histórico em que o ilustre prelado viveu.

Contribuir-se-á assim, simultânea e decisivamente, para o conhecimento de um período fundamental da história do Noroeste Peninsular e para o desenvolvimento cultural de uma região onde o património arqueológico nem sempre tem sido tratado de acordo com o seu valor e significado*.

- * Este artigo foi redigido em Maio de 1988. A evolução recente da situação, com a lamentável falta de continuidade das escavações arqueológicas de emergência e com o precipitado início das obras de demolição e construção das fundações para a nova Igreja Paroquial, veio inverter, senão mesmo anular, as perspectivas que então se abriam (2 de Setembro de 1988).

NOTAS

- 1 — Os vestígios arqueológicos, de tipologia romana, foram colocados a descoberto por operários aquando do levantamento do piso interior da capela, na sequência de obras de restauro que visam a sua adaptação a núcleo museológico.
- 2 — Obras consideradas necessárias em virtude do conjunto edificado se encontrar bastante degradado, ameaçando mesmo ruína, e por ser já diminuto para albergar os paroquianos da freguesia.
- 3 — Os achados dispersam-se por toda a freguesia, mas abundam nas proximidades da Igreja Paroquial: aí se encontram fragmentos de fustes e bases de coluna, cerâmicas, telhas, etc., (COUTINHO 1957; FREITAS 1890; LEAL 1874; MACIEL 1980; MARTINS 1987).
- 4 — O túmulo foi retirado em 1919 pelo Dr. Alberto Feio que, preocupado com a sua conservação, o depositou em Braga para futura integração no espólio do Museu D. Diogo de Sousa. Restaurado em 1973 no Museu Monográfico de Conimbriga (ALARCÃO 1978), encontra-se actualmente guardado numa dependência dos Serviços Centrais da Universidade do Minho, no Largo do Paço. Sobre as vicissitudes anteriores por que o túmulo do Bispo dumiense terá passado, podem ver-se, entre outras, as obras de José Augusto Ferreira — **Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga** (séc. III-séc. XX), I, Braga, 1928, e de Manuel Silva — **Dume e o seu primeiro Bispo** (páginas d'história galaico-minhota), Póvoa de Varzim, 1919.
- 5 — Este fenómeno tem múltiplas implicações, tendo alguns dos seus aspectos sido já objecto de reflexão (LEMONS 1983).

- 6 - - Interesse, entusiasmo, prudência e empenho que, não queremos deixar de sublinhar, têm sido fortemente assumidos pelos responsáveis da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da Junta de Freguesia e da Paróquia de Dume.
- 7 - - Culminando um longo processo de petições e requerimentos, iniciado em 1919 aquando da retirada do túmulo da capela-mor da Igreja Paroquial, o Ministério da Cultura determinou, em 1980, que se criassem as condições indispensáveis à sua devolução. A coordenação de todo o processo foi assegurada pelo Dr. Francisco Sande Lemos, enquanto Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, cargo de que cessou funções em Dezembro de 1987.
- 8 - - As obras, ainda em curso, têm sido exclusivamente financiadas pela Confraria de Nossa Senhora do Rosário, e contaram com a colaboração da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — Norte na elaboração do projecto arquitectónico de restauro.
- 9 - - Junta de Freguesia e Paróquia de Dume; Confraria de Nossa Senhora do Rosário; Direcção de Monumentos do Norte; Instituto Português do Património Cultural; Comissão Diocesana de Arte; Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte; Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- 10 - - O suporte humano foi assegurado pela colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional/Centro de Emprego de Braga; Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis e Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, que proporcionaram a implementação de Programas OTJ e OTTS, OTL e cedência de um técnico do seu quadro de pessoal, respectivamente.
- 11 - - As fontes documentais referem ter sido fundado pelo Bispo S. Martinho, junto à Igreja de Dume, um mosteiro «virado a Braga» (AMARAL 1803 e FERREIRA 1928).
- 12 - - S. Gregório Turonense, contemporâneo de S. Martinho de Dume, nos **Miracula S. Martini**, Livro IV, cap. 7, refere a existência de um templo em Dume, que teria sido construído cerca de 550. «... **Erat enim eo tempore Miro Rex in Civitate illa, in qua decessor ejus Basilicam Sancti Martini aedificaverat...**» (AMARAL 1803 e FERREIRA 1928).
- 13 - - A doação de Dume ao Bispo de Mondonhedo, S. Rosendo, em 877; a delimitação do termo de Dume e confirmação da doação anterior, em 911; o processo de restauração da Diocese de Braga que se desenvolveu por finais do séc. XI; e, finalmente, a devolução de Dume à Diocese de Braga, em 1103, constituem indícios seguros de movimentação de interesses religioso-políticos e económicos, em cujo contexto fará mais sentido a reconstrução da igreja (COSTA 1959 e 1965).
- 14 - - As informações relativas à construção da actual igreja paroquial são bastante confusas. A generalidade dos autores que se lhe referem, aludem a uma «reedificação» do século XVIII (entre 1734 e 1775), sem especificar o tipo de obras realizadas. Mais explícito é Fr. Francisco de Sant'Iago, citado por Manuel Silva (SILVA 1919, 61), que na sua *Chronica da Soledade*, editada em 1762, refere: «até que acrescentando-se a capella maior na forma que hoje está...» Temos, pois, para primeira metade do século XVIII, obras de «acrescentamento» e não de reedificação, e relacionando-se com um templo que, não sendo a primitiva igreja de Dume, completamente soterrada e alvo de escavações em meados do século XVIII (COUTINHO 1957, 292), teria sido

construído entre os séculos XVI e XVII. Esta interpretação está de acordo com a leitura arquitectónica do actual edifício, formado por dois corpos efectivamente distintos: o de Oeste será o mais antigo, tendo sido posteriormente objecto de transformações e ampliações (fachada e corpo Este).

- 15 — Segundo amável informação do Dr. Duarte Salazar Chaves, no Tombo da Mitra de 1608, fl. n.º 572 verso, do Arquivo de Braga, existem referências documentais à Ermida da Senhora do Rosário, em confrontação com as casas do Assento.

No que respeita à Capela de Nossa Senhora do Rosário, encetaram-se contactos com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte, com vista à elaboração de um projecto de cobertura do chão adequado, que permitisse manter a estrutura funcional da capela e assegurasse simultaneamente a visita das ruínas no subsolo. O processo de devolução encontra-se assim num momento decisivo do seu desenvolvimento, prevendo-se que possa ser concluído em 1989. A transferência do túmulo depende exclusivamente da conclusão das obras e da instalação dos equipamentos de segurança. A fruição das ruínas e a definitiva instalação do núcleo museológico deverá ser remetida para 1990, pois implicam trabalhos de escavação, consolidação e estudo, bastante delicados e morosos. Relativamente à Igreja Paroquial, a Divisão dos Serviços de Planeamento e Projectos da Câmara Municipal de Braga elaboraram um aditamento ao projecto de ampliação inicial, contemplando já a existência dos vestígios descobertos, potenciando assim o seu aproveitamento museológico. O referido aditamento encontra-se, a esta data, em apreciação no Instituto Português do Património Cultural.

Bibliografia

- ALARCÃO, Adília Moutinho (1978) — Os restauros do sarcófago de S. Martinho de Dume. **MÍNIA**, 2.ª série, 1 (1), Braga, pp. 5-19.
- ALMEIDA, Fernando de (1962) — **Arte Visigótica em Portugal**. O Arqueólogo Português, Nova Série, IV, Lisboa.
- AMARAL, António Caetano do (1803) — **Vida, e Opúsculos de S. Martinho Bracarense**. Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732) — **Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga**. Lisboa.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1987) — Hacia una propuesta tipológica de los elementos de la arquitectura de culto cristiano de época visigoda (Nuevas iglesias de El Gatillo e El Trampal); **Arqueologia Medieval Espanola, II Congreso**, I: Ponencias, Madrid.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) — **O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga**, I, Coimbra.

- (1965) — **Lider Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae**. Braga.
- COUTINHO, João de Moura, (1957) — Os Sarcófagos na Arte Pré-Românica. **Bracara Augusta**, VIII, nº 3-4, (37-38-), Braga, pp. 283-294.
- (1978) — **As Artes Pré-Românicas em Portugal**. São Frutuoso de Montélios, Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1928) — **Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga**. (séc. III — séc. XX), I, Braga.
- FREITAS, Bernardino José de Senna (1890) — **Memórias de Braga**, I, II, Braga.
- LEAL, Pinho (1974) — **Portugal Antigo e Moderno**, 2, Lisboa.
- LEMOS, Francisco Sande (1983) — O usufruto dos objectos arqueológicos e os Museus de Arqueologia. **MINIA**, 2.ª série, 6 (7), Braga, pp. 66-78.
- MACIEL, Manuel Justino Pinheiro (1980) — **O «De Correctione Rusticorum» de S. Martinho de Dume**. Braga.
- MARTINS, Maria Manuela (1987) — **O Povoamento Proto-Histórico da Bacia do Curso Médio do Cávado**. Braga (tese de doutoramento polic.).
- SCHLUNK, Helmut e T. Hauschild (1978) — **Hispania Antiqua**. Mainz an Rhein.
- SILVA, Manuel (1919) — **Dume e o seu primeiro Bispo**. Póvoa de Varzim.



O MAPA DAS RUAS DE BRAGA DE 1750

Breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracarense no séc. XVIII

MARIA DA ASSUNÇÃO VASCONCELOS
ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Em princípios do séc. XVIII, a Sé de Braga encontrava-se numa situação deplorável, quer sob o ponto de vista económico quer sob o ponto de vista financeiro, resultante da incúria do cabido na administração dos seus bens e do longo período de vacância (1728-1741).

91

Foros em dívida, causas litigiosas em mãos de solicitadores ou arrastados indefinidamente nos tribunais, desleixo na arrecadação de foros, colheitas e mais pensões e, por outro lado, despesas perdulárias, constituíam em traços largos os maiores problemas com que se debatia o cabido.

Consciente deste estado de coisas, a mesa capitular levou a cabo uma série de acções destinadas a inverter a marcha dos acontecimentos. Assim, foram readquiridas posses, arrecadados laudémios, lutuosas, colheitas e mais pensões, saldadas dívidas, aforados a novos enfiteutas prazos vagos e devolutos e nomeados novos defensores ou procuradores para muitas das causas litigiosas.

A execução destas medidas só se tornou possível através da revisão e reordenação de todo o arquivo capitular do qual foram feitos catorze livros de índices: índice das gavetas (6 vols.), índice

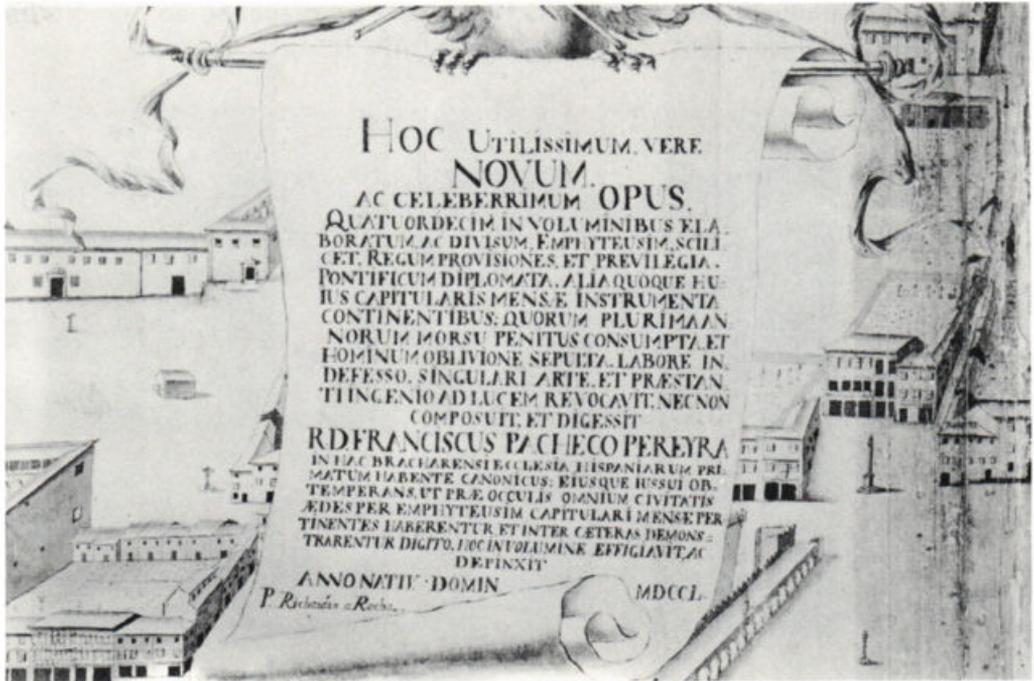


O Cónego Francisco
Pacheco Pereira

das sentenças (1 vol.), índice dos prazos dos casais (3 vols.) e índice dos prazos das casas (4 vols.). Desta obra ciclopica se encarregaram os cónegos Francisco Pacheco Pereira, Constantino da Cunha Sottomayor e Rafael Alvares da Costa.

Os objectivos da elaboração do mapa das ruas de Braga

No respeitante à cidade de Braga e com objectivo de localização e identificação das casas foreiras ao cabido, resolveu o cónego Francisco Pacheco Pereira contratar o Padre Ricardo da Rocha a fim deste proceder à elaboração do Mapa das Ruas de Braga, conforme se pode verificar na legenda que antecede a obra: *«Hoc utilissimum, vere novum, ac celeberrimum opus quatordecim in voluminibus elaboratum, ac divisum, emphyteusim, scilicet, regum provisiones, et prevelegia, pontificum diplomata, alia quoque huius capitularis mensae instrumenta continentibus; quorum plurima anorum morsu penitus consumpta, et hominum oblivione sepulta, labore indefesso, singulari arte, et praestanti ingenio ad lucem recovati, nec non composuit, et digessi R. D. Franciscus Pacheco Pereyra in hac bracharensi ecclesia hispaniarum primatum habente canonicus; eiusque iussui obtemperans, ut prae oculis ommium civitatis aedes per emphyteusim capitulari mensae pertinentes haberentur.*



Aspecto Central de Braga, 1750. Folha de rosto do Mapa das ruas de Braga

et inter caeteras demonstrarentur digito, hoc in volumine effigiavit, ac depinxit. Anno natiu. Domin. MDCCL. P. Richardus a Rocha».

9

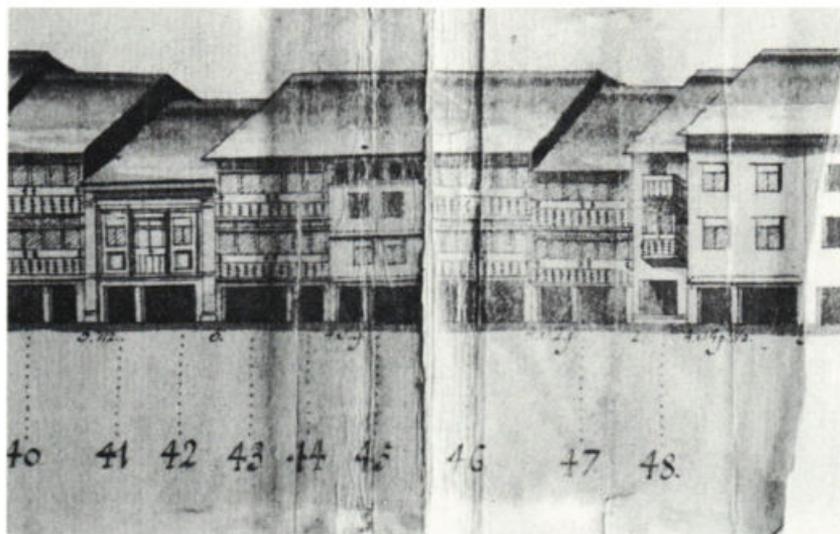
No cumprimento desta missão, o padre Ricardo da Rocha, servindo-se do traçado das 60 ruas então existentes e da sua orientação geográfica, desenhou com grande minuciosidade as 4064 casas nelas implantadas.

Foram assim lançadas no Mapa não só 1673 casas foreiras ao cabido, como também casas dízimas a Deus, igrejas, mosteiros, capelas, fontes, portais, pontes, cruzeiros, e ainda outras casas foreiras a diversas entidades: mitra primacial, mosteiros, hospitais, confrarias, Senado da Câmara, igrejas e capelas.

Por outro lado, houve o cuidado de numerar cada casa de acordo com o índice das casas foreiras ao cabido, no qual se encontram lançadas as datas dos empraçamentos, o nome dos empraçadores, o valor das pensões e a referência aos documentos (prazos).

Curiosamente, e como refere Albano Belino no seu artigo da revista *Portugália*, (vol. 1 de 1903), essa numeração foi afixada na

padieira das portas e correspondia na realidade ao número da polícia e foro com marcação do CAB.º N.º ...



Casas com Gelsias
— Rua do Souto

Tipo de habitação que predominou na rua do Souto até ao terceiro quartel do séc. XVIII.

As portas largas e baixas davam acesso a oficinas ou pequenas lojas de comércio. As portas mais estreitas correspondiam às entradas das habitações propriamente ditas. Nos finais do século passado, e segundo Albano Belino, os beirais destas casas tinham «uma saliência de tal ordem, que as águas dos telhados, quando a chuva era abundante, batiam nas portas dos prédios fronteiras».

74

Valor Histórico, Cultural e Científico do Manuscrito

A análise do mapa permite determinar as soluções arquitectónicas adoptadas em vários tipos de habitação (nobre, burguesa e popular), nas igrejas, conventos, capelas, as formas e dimensões das janelas ou das portas, a predominância de gelsias em certas ruas, as zonas onde se iniciaram construções e aquelas onde ainda nada existia.

Trata-se, pois, de um manancial invulgar para o estudo do urbanismo, da arquitectura civil e da história da arte.

De notar, por outro lado, que através dos emprazamentos, (grande parte dos quais realizados a partir do séc. XV e renovados ao longo dos séculos seguintes), é possível conhecer o nome dos emprazadores e a sua ligação familiar, a categoria social, a dimensão das casas, o número de divisões, os seus interiores e exteriores, o valor das pensões, etc. — elementos fundamentais para a realização de estudos das classes sociais, e do movimento demográfico da cidade.

A título de exemplo, transcrevemos parte de um emprazamento, extraído do livro 95 a fl. 73v. dos prazos do cabido, referente à casa n.º 46 da rua do Souto onde, em 1743, se encontrava instalada uma botica e em que, curiosamente, se situa ainda hoje uma conhecida e prestigiada farmácia desta cidade.

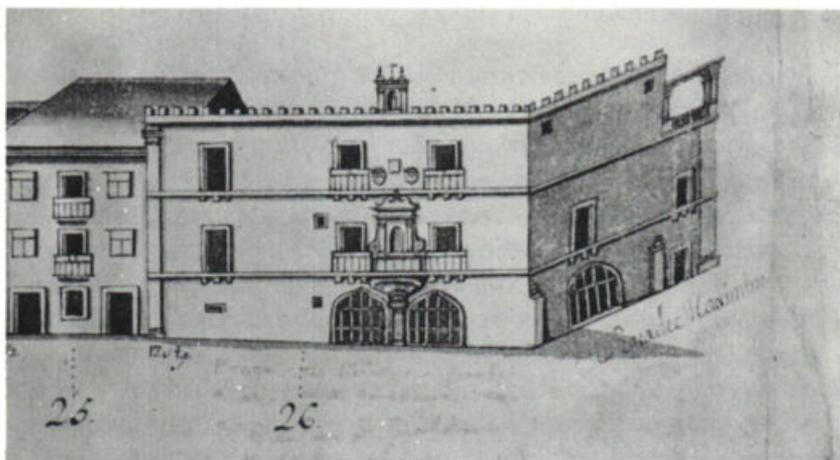
«Diz Bernardina de Senna Mauricia filha de Gregório Ferreira já defunto morador que foi na rua do Souto desta cidade que o dito seu pai hera senhor e possuidor por huma escritura de compra de humas casas citas na dita rua foreiras a esta Meza Cappitular as quais estam nomiadas na suplicante como consta do testamento incluso. São findas as vidas do prazo em que delle consta e se tem o theor presente satisfeito com as pensoens como consta das pagas juntas e que agora se lhe renove o dito Prazo por forças da dita nomeassam pede a Vossa Senhoria se lhe faça mercê mandar se façam as diligencias necessárias para o dita renovassam e recebera mercê juntando o prazo haja visto o procurador da nossa Meza Cappitular. Braga em cabido seis de Julho de mil setecentos e quarenta e três. O Chantre».

Nos itens deste prazo a fls. 74 e 75 de que foram vedores o Mestre Escola João de Sousa Lima e Constantino da Silva Coelho, lê-se o seguinte:

«Item na entrada da rua do Souto desta cidade, hindo para sima, à mão direita, humas casas sobradadas que sam da emphiteuta Bernardina de Senna Mauricia, solteira, filha que ficou de Gregorio Ferreira e de sua mulher Antónia Maria, viuva. As quais casas medidas de largo face a dita rua do nascente a poente, pelo norte, tem coatro varas e duas terças com as meias paredes, e medidas as ditas casas ao comprido, desde a face da rua, pegando da soleira da porta da dita rua, he huma porta que se acha no quintal ou rossio das ditas casas tem desasseis varas e, medidas as ditas casas, na testa do sul,

no mesmo rossio tem de largo duas varas e tres coartos, e a mesma medição tem o rossio nesta parte, e medidas as ditas casas no meio pouco mais ou menos do nascente a poente, junto a huma porta que está no corredor, tem tres varas e duas terças, livres das paredes, e medido o dito quintal ou rossio ao comprido de norte a sul, pello meio, tem duas varas e huma terça, e medida na testa do sul tem duas varas e tres coartos. Tem na logia da rua duas portas, huma que serve para a logia em que estão drogas de Botica e outras mercearias, e a outra que he a serventia das ditas casas, ambas com portais de esquadria e para a mesma parte, e para a mesma parte da

(segue pag. 99)



96

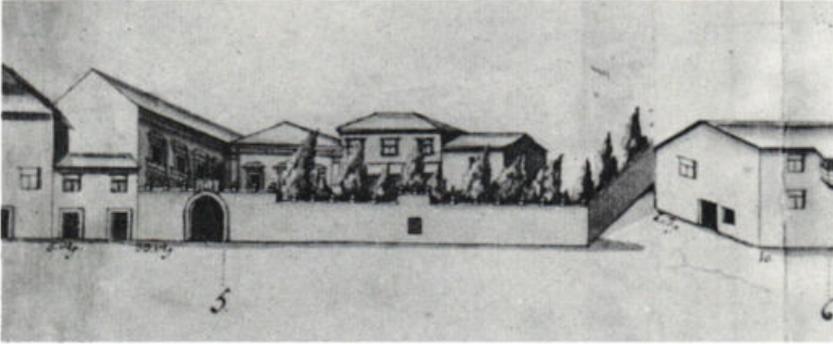
Antigos Paços do
Concelho - Casa da
Câmara)

Situavam-se defronte da Sé e foram mandados edificar, em 1518, pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa.

No ano de 1634, procedeu-se à sua ampliação, tendo para o efeito sido efectuado um contrato, (Nota do Tabelião Diogo de Magalhães), através do qual o cabido de Braga cedeu as suas casas n.º 26 da rua D. Gualdim e n.º 1 da rua de Maximinos ao Senado da Câmara de Braga, o qual se obrigou a pagar àquela entidade a quantia anual de 4.000 reis.

Posteriormente, já no pontificado do Arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), dado o mau estado de conservação e a falta de espaço (agravada pelas audiências dos ministros judiciais que nelas se realizavam), foi decidido construir uma casa mais ampla na actual praça do Município, então denominada Campo dos Touros.

Em 10 de Novembro de 1772, o Arcebispo Gaspar de Bragança concedeu autorização à Câmara de Braga de levar a cabo o emprazamento dos antigos Paços do Concelho.



Casa do Passadiço.
séc. XVI. (Casa de
D. João da Guarda
e da «empresa da
Roda»).

Em 7 de Novembro de 1521, segundo Alberto Feio, D. João da Guarda, conde palatino e deão de Braga, emprazou ao cabido um «chão», em S. João do Souto. Ai edificou uma casa sumptuosa, para o tempo, e nela viveu com grande estadão em princípio do séc. XVI, conforme refere Joaquim Chaves na revista Bracara Augusta. Em homenagem a D. Jorge da Costa, seu grande amigo e protector, D. João da Guarda instalou em parte das suas casas a «empresa da Roda», cuja administração pertenceu a vários familiares seus (Felgueiras Gayo, Nobiliário, t. 24) e colocou sobre «a nobre portaria ogival o brasão daquele arcebispo» (Alberto Feio, Bom Jesus do Monte).

Na casa do Passadiço propriamente dita sucedeu o Lic. Fernão Figueira, desembargador da Relação eclesiástica, etc., sobrinho de D. João da Guarda, e na sua descendência permaneceu durante alguns séculos.

O último emprazamento de que há notícia foi feito em 1678, a Baltazar Pinheiro Lobo, (neto de Fernão Figueira), senhor da casa de Pindela e cavaleiro da ordem de Cristo.

Tratava-se nesta época de uma casa de grandes dimensões, com várias salas, quartos, capela, etc., conforme se vê na descrição do prazo.

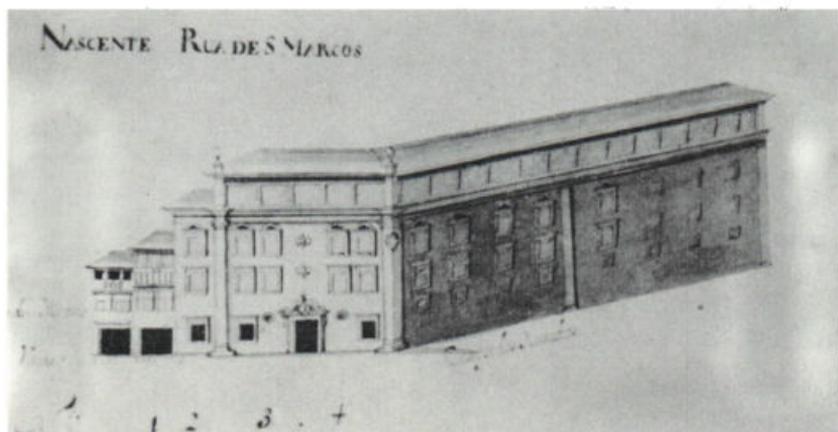
A denominação de Passadiço advém-lhe de uma passagem estreita que, passando por baixo da casa, ligava a sua entrada principal à rua do Souto, com saída para esta rua, no local onde se encontra actualmente uma boutique.

No séc. XVIII foi adquirida à família dos seus antigos possuidores por D. Rodrigo Trancoso de Lira, fidalgo espanhol e cunhado do célebre cônego Francisco Pacheco Pereira.

Já neste século, em consequência da abertura da rua Francisco Sanches, parte do terreiro da entrada e da própria casa sofreram um corte considerável.

Como curiosidade, é ainda de referir a sumptuosa escadaria interior, talvez a mais grandiosa da cidade de Braga.

Convento de Nossa Senhora dos Remédios (religiosas da ordem terceira de S. Francisco)



Foi o primeiro convento da cidade de Braga.

A sua fundação (1544-1549) deve-se a D. André de Torquemada, bispo auxiliar de D. Diogo de Sousa.

Em 1911, após o seu encerramento, foi demolido. No seu lugar encontram-se actualmente, além de de outros, o edifício do cinema S. Geraldo.

98

Casa dos Coimbras, fins do séc. XV

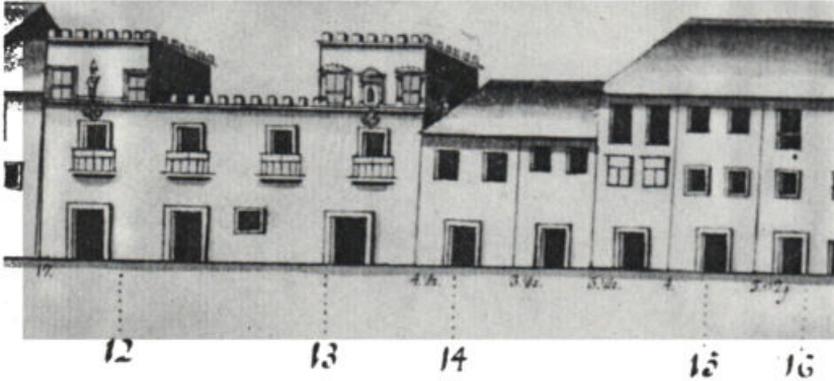


Tipo de habitação nobre, num só andar e de grandes dimensões. As portas, os postigos e as janelas obedeciam às divisões interiores e os alicerces à sinuosidade da rua.

Pertenceu ao Dr. João de Coimbra, provisor do Arcebispo D. Diogo de Sousa.

Em 1906, com a abertura da rua D. Afonso Henriques, foi demolida. Na construção que hoje se nos depara foram aproveitadas, além de outros elementos, as lindíssimas janelas de estilo manuelino.

RUA DE S. ANTONÍO.

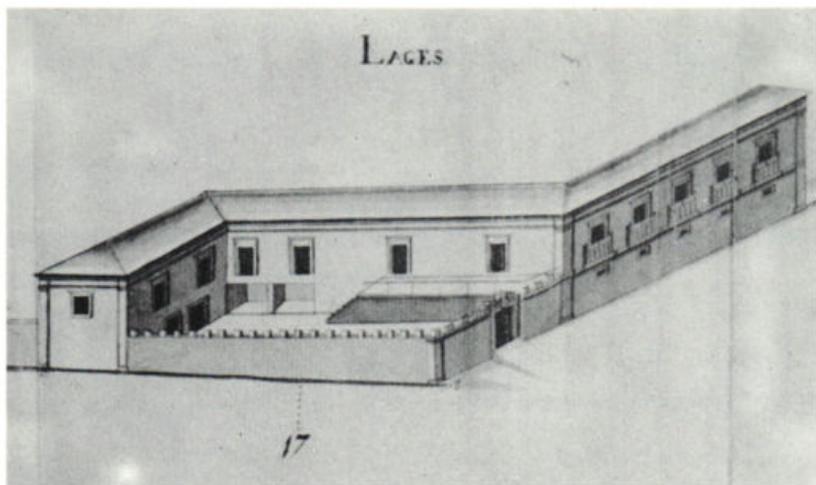


Rua de António

Antes do ano de 1502 era denominada rua da Judiaria Nova.

Na casa n.º 12 onde foi colocada a imagem de Santo António funcionou a antiga sinagoga.

rua; no primeiro sobrado, tem huma jinella rasgada com seu portal, e por fora sua estrebaria e neste primeiro sobrado tem uma salla e nella hum quarto, e da ditta salla vai hum corredor para outra salla, que esta para as trazeiras das ditas casas, a qual salla tambem tem huma porta, para o sul, em que tam somente cabe huma cama; e no segundo sobrado esta o mesmo que no primeiro, e para a parte do rossio tem as ditas cazas tres sobrados. no terceiro tem a cozinha que para o sul tem jinellas de pictorial, e para o norte tem outras duas jinellas que ficam por sima do tilhado das mesmas casas; tem na dita caza da cozinha duas alcovas e, por sima, da dita cozinha, tem hum valcam posto sobre traves que tem serventia por huma das ditas ginellas e, por sima do dito valcam, tem huma lata e, no dito rossio, tem outra lata. Partem as ditas casas do nascente com casas do Padre Gregorio Lage, que sam do Prazo do mesmo Reverendissimo Cabido e, do poente e sul, com casas e rossio de Manuel Furtado de Mendonça e de sua mulher D. Luisa, que por sobrenome nam perca, moradores na sua quinta do Amendo do termo da villa



Casa da Serra,
séc. XVI

Esta casa (Cab. Nº 17 da Rua Paio Manta e Lages) foi cabeça do prazo denominado quintã e moinhos da Serra da Ribeira, cujo empraçamento mais antigo é do ano de 1532.

Situava-se na parte Sul da Rua Paio Manta e confrontava de Poente com o terreiro das Lages.

Correspondia a um tipo característico de casa-solar, com escada exterior, pequenas sacadas de grades de ferro batido, vigamento do telhado elevado e amplo pátio a que dava acesso um portal brasonado, aberto em muro ameado.

Em 1750, encontrava-se empraçada a Pedro da Cunha Sottomayor.

Foi demolida em finais do século passado em virtude da abertura da rua Condeheiro Lobato.

da Barca, das quais o rossio tambem he direito Senhor o Reverendissimo Cabido e, do norte, partem as ditas casas com rua publica suposto no prazo antecedente se acham as medissoes de frentes em alguma parte não possa isso fazer duvida para o futuro por quanto as medissoes que agora se lhe deram sam legitimas por rezam de se haverem feito obras nas ditas casas e por este modo ouveram os ditos Reverendos Senhores vedores esta Vedoria por feito e acabado de que para constar estendi este termo de emserramento que elles assignaram eu Luis Telles da Silva Notário Appostólico o escrevi. O Mestre Escolla. Rego. E não se continha mais nos ditos autos de vedoria medissam e apegação a que me reporto».

A Publicação e Digitalização do Mapa

É, pois, com grande satisfação que o Arquivo Distrital de Braga vem anunciar a publicação do célebre Mapa das Ruas de Braga, a levar a cabo pela Companhia IBM Portuguesa, ao abrigo da Lei do Mecenato Cultural.

A edição será feita em dois volumes: o primeiro constará do mapa propriamente dito e o segundo de vários estudos sobre Braga do séc. XVIII, bem como de legendagens relativas às casas e índices onomástico de foreiros e cronológico de prazos.

Por outro lado, a recente criação no Arquivo Distrital de Braga de um Centro de Informática, montado com o mais moderno e eficaz hardware e software IBM, permite uma experiência muito interessante. — quer sob o ponto de vista científico, quer sob o ponto de vista pedagógico — que consiste na digitalização dos desenhos do Mapa das Ruas e conseqüente formação de um Banco de Dados. Através deste sofisticado recurso, poderá o Mapa ser visto e minuciosamente examinado, não só nas escolas, mas também numa multiplicidade de locais, convertendo-se, assim, numa sugestiva lição de arte, de urbanismo, de arquitectura e de história, acessível a um vastíssimo leque de potenciais utilizadores.

Como facilmente se depreende do que acabámos de expôr, trata-se de um empreendimento de vulto, mas pensamos que através dele o A.D.B./U.M. e a Companhia IBM Portuguesa prestam um inestimável serviço à cultura portuguesa.



documentação & vária

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A CRIAÇÃO DO GABINETE DE APOIO AOS ARQUIVOS MUNICIPAIS, PARTICULARES E OUTROS DO DIS- TRITO DE BRAGA

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS.
Prof. Doutor JOSÉ MATTOSO.

(Reunião do Arquivo Distrital de Braga com o Conselho de Autarcas em 7 de
Outubro de 1988).

102

A reunião de Presidentes das Câmaras promovida pelo Arquivo Distrital de Braga com o intuito de preparar a elaboração do «Roteiro das Fontes dos Arquivos de Administração Regional e Local» do mesmo distrito, e de constituir um Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais constitui um acontecimento de grande importância no actual contexto cultural do nosso país.

Com efeito, assiste-se neste momento em Portugal a uma dupla alteração das atitudes culturais correntes.

Por um lado, a nível local, tanto a população como os seus responsáveis políticos revelam uma nova consciência das necessidades de preservarem o seu património cultural como componente indispensável da sua identidade colectiva, agora também sentida como um valor fundamental, a cultivar e a revelar.

Por outro lado, a nível nacional, as imposições da racionalização administrativa mostram a necessidade de organizar melhor a informa-

ção e, conseqüentemente, um dos seus sectores mais importantes que é dos arquivos da administração central e local. Esse objectivo, que os países mais desenvolvidos têm considerado uma condição essencial do planeamento, como foi sublinhado há pouco tempo pelo discurso do Presidente Mitterand no Congresso Internacional dos Arquivos em Paris, conjuga-se, por sua vez, com uma consciência mais viva da necessidade de preservar o património histórico materializado nos arquivos.

Do encontro entre estas duas correntes, que revelam importantes alterações da mentalidade no nosso país, resulta o objectivo de coordenar os serviços informativos de base arquivística numa Rede Nacional de Arquivos. É este um dos principais objectivos do Instituto Português de Arquivos que iniciou as suas actividades em fins de Maio.

Como é evidente, o ambicioso empreendimento da criação desta Rede não pode partir só das iniciativas da administração central. Terá de contar com a boa vontade, o empenhamento e a capacidade de organização da população e das administrações locais.

Os trabalhos já efectuados pelo ADB manifestam já um elevado grau de conhecimento das condições em que funcionam os arquivos municipais bracarense, uma noção clara dos objectivos a atingir e dos meios para isso necessários. Trata-se agora de verificar, por um lado, o que creio não estar em causa, mas é necessário confirmar, e por outro lado de chegar a acordo quanto aos meios práticos de atingir os objectivos pretendidos.

Não é necessário insistir muito nas vantagens de uma coordenação dos trabalhos arquivísticos a nível regional. Ela permitirá com poucos custos, resolver os problemas técnicos implicados, assegurar os níveis de competência necessários, a circulação das informações e a normalização dos critérios de classificação, encaminhar eventuais pedidos de financiamento, enfim coordenar esforços que só têm vantagens em buscar a cooperação mútua.

A criação de um primeiro módulo da rede no Distrito de Braga, ou pelo menos o ensaio da sua implantação constitui, portanto, um momento da maior importância, a que o IPA não podia deixar de se associar com todo o empenho.

Neste sentido, lamentando sinceramente não poder estar presente para acompanhar os vossos trabalhos, desejo sublinhar a transcendência que o Instituto Português de Arquivos atribui a esta reunião, e transmitir os meus melhores votos pessoais para que ela obtenha os resultados que se esperam.

A presença do Dr. José Mariz, técnico superior do IPA, na vossa

reunião é a expressão do nosso maior interesse na iniciativa do Arquivo Distrital de Braga. A longa experiência do Dr. José Mariz e a sua especialização na documentação dos Arquivos Municipais indica-o como o membro do IPA que maior contributo vos pode dar neste momento.

O IPA continuará a seguir atentamente os vossos trabalhos e envidará todos os esforços para que este primeiro ensaio de um módulo distrital da rede Nacional de Arquivos tenha o sucesso que indubitavelmente merece.

notícias **FORUM**

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

CONFERÊNCIA

Uma visita aos Solares Portugueses

Caracterização da «Casa Nobre do Minho». Sessão proposta como um percurso visual pelos Solares Portugueses, com incidência do Minho.

Teve lugar no Salão Nobre da Universidade do Minho em 16 de Junho e foram intervenientes o Dr. Carlos de Azevedo e o Dr. Miguel Matos Graça Aires de Campos, da Casa de Benfeito (Barcelos).

105

GÉNESE E ACÇÃO DO GABINETE DE APOIO AOS ARQUIVOS MUNICIPAIS, PARTICULARES E OUTROS (G.A.M.P.O.)

Criado no Ambito do Arquivo Distrital de Braga

Em Dezembro de 1987 o arquivo Distrital de Braga desencadeou uma ampla sondagem sobre o estado dos Arquivos Municipais do distrito, procurando a partir daí empenhar-se activamente num imprescindível processo de organização e intercomunicação dos respectivos espólios documentais.

Surgiu, assim, o projecto da edição de um «Roteiro das Fontes dos Arquivos da Administração, Regional e Local do Distrito de Braga» proposto ao Governo Civil e às Câmaras Municipais e que, de imediato, recebeu boa aceitação.

Após o começo e intensificação das tarefas organizativas

concluiu-se ser necessária a criação de uma estrutura capaz de dar resposta ao imenso desafio surgido. Nasce, então, no âmbito do A.D.B., o Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e Outros (G.A.M.P.O.).

O G.A.M.P.O. pretende coordenar e prestar um efectivo apoio técnico a todos os Arquivos, públicos e privados, sites de preferência no distrito de Braga, mas à partida encontra-se disponível para intervir noutras áreas geográficas, desde que solicitado para esse efeito.

Quanto à sua configuração orgânica, o G.A.M.P.O. assenta para já numa Secção de Projectos, onde são apreciados e desenvolvidos planos específicos de maior ou menor amplitude, que podem ir desde a informática até à mera edição de um Roteiro de Fontes. No domínio dos Arquivos Municipais, conta com o contributo especializado de uma Comissão Técnico-Consultiva e com a indispensável presença da componente política, representada pelo Conselho de Autarcas.

106 Toda esta estrutura começou já a mexer, tendo-se realizado em 11 de Julho a 1.^a reunião da Comissão Técnico-Consultiva (CT-CAM), com a presença de cerca de 80% dos seus membros (funcionários administrativos e técnicos, de preferência BAD, das treze Câmaras, na proporção de dois por município) e onde se debateram os seguintes pontos-chaves: a edição do «Roteiro das Fontes...», a situação crítica da maior parte dos Arquivos Municipais do distrito e questões técnico-arquivísticas (execução da Portaria n.º 5/3/86 de 9 de Setembro, articulação orgânica entre os Arquivos Correntes/Gerais e os Históricos, análise dos diversos quadros classificativos daqueles Arquivos das treze Câmaras, mais o do Governo Civil e delimitação das séries documentais nos Históricos).

Em 7 de Outubro decorreu a 1.^a reunião do Conselho de Autarcas (órgão composto pelo Responsável do A.D.B., por um representante do Presidente da Comissão Coordenadora da Região Norte, três Técnicos Superiores do G.A.M.P.O. e pelos treze Presidentes das Câmaras e/ou Vereadores do Pelouro) convocada expressamente para a discussão do Programa e Protocolo de Cooperação entre o A.D.B. e os Municípios do Distrito.

Face às acções já empreendidas e se não surgirem entraves obstaculizadores pode-se antever, para relativamente breve, uma positiva modificação do panorama arquivístico distrital.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA



Conferência do
Doutor José Marques

107

- MAIO, 5** — «O Arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal», conferência pelo Doutor José Marques (texto publicado neste número da revista).
- MAIO, 10** — Apresentação do livro «Quarto de noite», por David Rodrigues, com a presença dos autores, Tiago Manuel e José Pastor.
- MAIO, 23** — Feira do Livro Infantil e Juvenil, no Claustro da
a 28 Escola do Magistério.
- MAIO, 26** — «Bibliotecas escolares», palestra pela Dra. Ana M. Pessoa (Escola Superior de Educação de Setúbal).
- JUNHO, 22** — «Jornadas infantis» da Secção Infantil e Juvenil, em colaboração com a FAOJ.

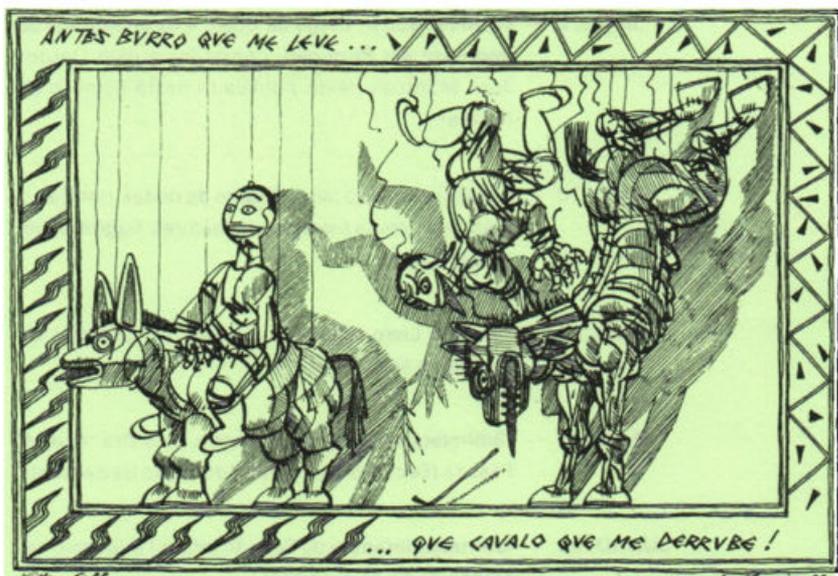
MUSEU NOGUEIRA DA SILVA

Desde a última edição da revista FORUM, tiveram lugar na Galeria da Universidade/Museu Nogueira da Silva as seguintes exposições:

Gil Teixeira Lopes — Com excelente acolhimento de público, apresentou pela segunda vez a sua obra em Braga, o pintor e Mestre de Gravura da Escola de Belas Artes de Lisboa. Além de pinturas e desenhos, alguns da índole intimista tão característica do autor, mostrou bronzes e algumas das suas famosas gravuras premiadas em certames internacionais. (Maio e Junho)

Luís Calheiros — **Algumas Pinturas de Cordel.** Telas do pintor Viseense conhecido pelas suas interpretações de provérbios populares de humor chocarreiro, muito ao jeito das tábuas de milagres. (Junho)

108



Luís Calheiros.
desenho à pena



Júlio Pomar — Desenhos e serigrafias. Os desenhos são da série do «Circo de Brasília» com grande soma de animais, bem como duas ilustrações dos Lusíadas. Um traço vigoroso e rápido que alude sem descrever. A mesma escrita que iremos encontrar nos painéis em azulejo da estação do Metropolitano de Lisboa, inaugurada muito recentemente. Inquirido sobre o qual o principal instrumento para realizar estes desenhos, Pomar respondeu sorrindo: — «O cesto dos papéis. Não imaginam quantos lá foram parar, para ter estes que aqui estão». Entre as serigrafias presentes destacavam-se um excelente retrato de Pessoa e um «Cavaleiro de Pirenópolis»: V. Capa. (Julho e Agosto)



110

Traje Popular da região de Braga na mudança do Século (XIX-XX).
Exposição da autoria de Lídia Máximo e Angélica Lima Cruz Barreto, do Núcleo de Cultura Popular do Museu. Conjunto de trajes de trabalho e cerimónia, mostrados em contextos adequados e através de manequins especialmente realizados para a ocasião. Excelente documentação fotográfica colhida, na sua maior parte, na Fototeca do Museu. Fundo musical de Cantares do Grupo Folclórico de Professores de Braga. Foi editada uma monografia ilustrada em apoio à exposição projectada para Janeiro de 1989 a sua apresentação em Lisboa no Museu Nacional do Traje. (Agosto e Setembro)

Isabelino: as Óperas de Wagner e outras pinturas. A primeira apresentação em Braga do conhecido pintor naif. (Outubro)

UNIDADE DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

ACÇÃO DE FORMAÇÃO

A 5 de Setembro p.p. foi iniciada uma acção de formação intitulada «**Segurança, Ergonomia e Relações Psicopedagógicas de Trabalho**» destinada a jovens que concluíram o 11.º ano de escolaridade e que é apoiada pelo Fundo Social Europeu através da AURN (Associação das Universidades da Região Norte).

A coordenação é da responsabilidade da U.E.A. com a participação da Unidade de Engenharia através do Eng.º Sérgio Miguel.

Esta acção de formação conta com a participação dos seguintes docentes, técnicos e pessoal administrativo:

- Eng.º Sérgio Miguel	U.C.P. Eng.	111
- Dr. Luís Gomes da Costa	U.C.P. Eng.	
- Eng.º Mário Sá Barbosa	Convidado	
- Dr. Abílio Marques	U.C.P.C.E.	
- Dr.ª Fátima Maria B. Barbosa	U.E.A.	
- Dr.ª Amélia Vitória Sancho	U.E.A.	
- D. Helena Garcia Oliveira	Administ. U.E.A.	
- Carlos A. Cordeiro	Téc.Aux.Lab.U.C.P.C.E.	
- Paulo Morais da Costa	Téc.Aux.Lab.U.C.P.Eng.	

O curso tem uma componente teórica num total de 300h e uma prática de 210h, onde se inclui um conjunto de visitas de estudo, perfazendo assim um total de 510h de formação.

Frequenta esta acção de formação um grupo de 16 jovens de idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, sendo 5 rapazes e 12 raparigas, na sua maioria oriundos de diferentes concelhos do distrito de Braga.

CONFERÊNCIA DE VIANA

Subordinada ao tema «Desenvolvimento Comunitário e Investigação Participativa no Distrito de Viana do Castelo» realizou-se nos dias 30 de Setembro, 1 e 2 de Outubro, na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo uma Conferência que marcou o termo dos trabalhos do Projecto de Investigação Participativa — Viana do Castelo, iniciados em 1983. A sessão de abertura foi presidida pelo senhor Reitor da Univerisdade do Minho.

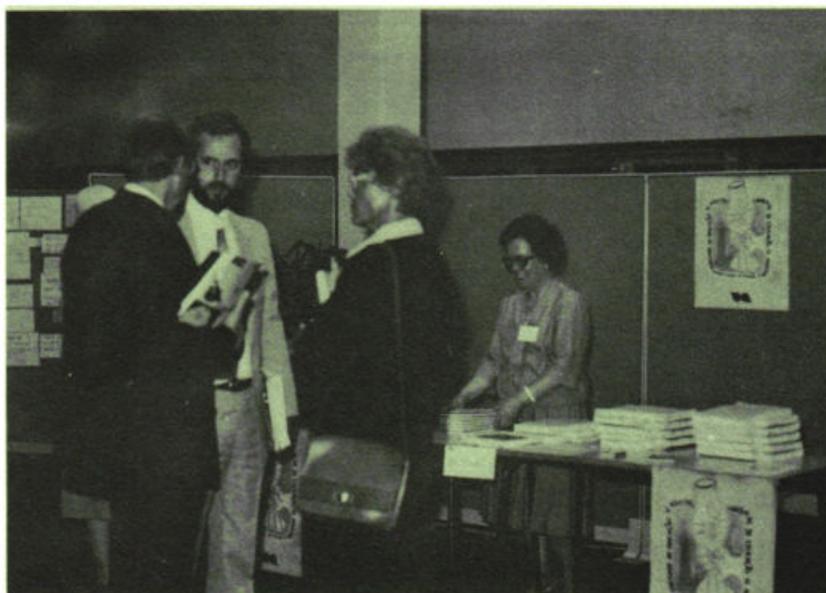
Conferência do
projecto, Viana



O Projecto foi desenvolvido por um grupo de associações cooperantes do Centro Cultural do Alto Minho, instituição que aderiu ao projecto e o apoiou. A orientação científica e pedagógica esteve a cargo da Unidade da Educação de Adultos da Universidade do Minho, em colaboração com a Universidade de Linkoping, da Suécia, instituições a quem coube a iniciativa do lançamento do projecto. O financiamento foi da Fundação Calouste Gulbenkian.

A apresentação e a avaliação do Projecto — Viana constituíram os principais objectivos da conferência. Para além dos dirigentes e animadores das associações envolvidas neste trabalho, estiveram presentes diversos especialistas nacionais e estrangeiros, alguns dos quais tiveram a oportunidade de apresentar comunicações.

No final foi discutida a organização de redes interassociativas para o desenvolvimento local, com base na experiência do Núcleo Interassociativo para o Desenvolvimento, uma rede interassociativa formada pelas associações no decurso dos trabalhos do Projecto —



Conferência do
projecto, Viana

Viana. Seguiu-se a sessão de encerramento da Conferência, presidida pelo Vice-Reitor Prof. L. Cháinho Pereira.

A U.E.A. publicará brevemente o relatório final do projecto, que será igualmente objecto de publicação em língua inglesa pela Universidade de Linkoping, Suécia.



agenda **FORUM**

114



Pessoa de Pomar

OUTUBRO

20 — «Os meus livros inesquecíveis», 6.ª sessão com Licínio C. Lima, Helena Gonçalves e Raul Peixoto. (BPB)



João de Melo

NOV/DEZ.

- Apresentação do livro «Bibliotecas: memórias e mais dizeres», edição da BPB, com a presença de M. Ondina Braga. (BPB)
- «Conversa sobre Fernando Pessoa», com os drs. Rosa Sil Monteiro, Luis Mourão e Norberto Cunha. (BPB)
- João de Melo, «Um escritor apresenta-se». (BPB)
- Debate sobre «Literatura e guerra nuclear». (BPB)

